

Revolução



*soldados
sempre
sempre
ao lado do povo*

**TRABALHADORES:
PEGUEM
EM ARMAS!**



Pág. 3

SUV
SOLDADOS, SEMPRE,
SEMPRE AO LADO DO POVO



Pág. 7

**CAPITÃO FERNANDES, OFICIAL DO COPCON
— HOJE DESERTOR**

...)”Neste momento eu vejo-me obrigado a procurar outras formas de luta, que passam por ter de despir o uniforme do Exército Português, mas, aos meus camaradas revolucionários militares dos três ramos das Forças Armadas, dentro dos quartéis, dos navios, ou onde quer que se encontrem, continua a caber um papel determinante no actual processo.

É fundamental que eles compreendam posições como aquela que eu tive de assumir e que, se por um lado eu tive de fazer isso, não é necessário que todos os militares revolucionários deste país façam o mesmo. É necessário, sim, que as praças assumam as suas responsabilidades; que os sargentos assumam também as suas responsabilidades de classe; que as praças e sargentos apoiem os oficiais que, numa nítida opção de classe se tenham posto ao lado da classe operária.”

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES OS SOCIAIS-TRAÍDORES

CAMARADAS:

Nestes últimos tempos a situação concreta veio desmascarar a posição do "Partido Socialista". As condições resultantes do eleitoralismo tinham forçosamente que denunciar as posições social-democratas do senhor Mário Soares. Posições de SOCIAIS-TRAÍDORES, como dizia Lenine.

Era realmente tempo que as contradições se esclarecessem na base do PS; referimo-nos evidentemente aos trabalhadores, proletários idênticos aos que pelos países desta Europa capitalista, de produção anarquista, sofrem na pele o desemprego, e a alienação do consumo.

Esta é a verdade que o senhor Soares defende. O sr. Soares é, como já temos dito, o maior inimigo do nosso povo trabalhador. O sr. Soares repudia a Ditadura do Proletariado, nega por conseguinte o materialismo dialéctico. Nega Marx, cuja obra diz ter estudado.

Muito mau estudante deve ter sido o sr. Soares que do marxismo apenas aprendeu as teorias que permitem ao seu partido defender a classe burguesa a quem declaradamente serve.

Esta é a razão porque o Partido Socialista teve os parabéns de todos os governos burgueses da "Democracia no Geral": onde cabem os sionistas da sra. Golda Meir — agressores dos povos árabes, aos governantes tipo Willy Brandt da República Federal Alemã fornecedores de armamento a Marcelo Caetano para extermínio dos povos das colónias.

O sr. Mário Soares acaba de inventar um novo socialismo — socialismo alargado nas mãos mas não democracia popular. Entre as grandes "vias" para a construção do socialismo "inventadas" após o 25 de Abril, mais uma acaba de engrossar o rol do reformismo.

Aproveitamos para perguntar aos nossos "maoístas" que desfilaram conjuntamente com a

burguesia que gritava historicamente slogans anti-comunistas na manifestação junto da República, se farão coro na anti-democracia popular e sim ao socialismo alargado. Parece-nos camaradas, que assim nunca mais conseguirão construir o tal grande partido de massas, perfeito, aquele que fará a grande Revolução Socialista...

Agradecemos ao partido socialista e ao seu secretário-geral, a ajuda que deu a todos os revolucionários: já era tempo do sr. Soares declarar pública e oficialmente que não quer o poder

nas mãos dos trabalhadores — que defende a ditadura da burguesia.

O P.S. — que de socialista só tem o nome — é um partido burguês. É a ideologia burguesa infiltrada no seio da classe operária com a finalidade de impedir a ditadura da classe proletária.

Estas são as razões porque, decorridos 57 anos sobre a Revolução de Outubro, continuamos na linha do pensamento Lenine, a chamar ao Partido Socialista, o PARTIDO DOS SOCIAIS-TRAÍDORES.

A.

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO
BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS



REVOLUÇÃO

QUESTÕES DE LINGUAGEM

CAMADAS,

A linguagem é e tem sido sempre uma das grandes ferramentas utilizadas pelas classes dominantes na luta que travam pela preservação do poder.

Nós sabemos que em regra, em cada época, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Por outro lado, sabemos também que é especialmente através da linguagem que as ideias se propagam.

Na luta pela conquista do poder é tarefa importante para os revolucionários repensar a linguagem. Há que destruir toda a linguagem que está ligada aos mecanismos da exploração. Há que reintegrar a linguagem, não só para melhor compreendermos as tramas da exploração, como também para que a nossa estrutura mental possa profundamente ser moldada pelos valores da sociedade que nos propomos construir — a sociedade socialista.

Fala-se muito em "Terceiro Mundo", expressão dada aos países que não fazem parte nem do sistema capitalista nem do sistema formado pelos países em transição para o socialismo; eles fazem sim, parte de um Terceiro sistema.

Concretamente os países do "Terceiro Mundo" são identificados com os países economicamente menos desenvolvidos (leia-se: Países explorados!); por vezes a estes há quem lhes junte a República Popular da China, a República Democrática do Vietnã e Cuba.

Portanto, com a expressão "Terceiro Mundo", na maioria dos casos, não se pretende mais do que

esconder a exploração que está por detrás do insuficiente desenvolvimento económico dos países em questão.

Penso que de acordo com uma perspectiva materialista, a rejeição da expressão "Terceiro Mundo" baseia-se na unidade dialéctica que existe entre a exploração económica e o atraso económico, entre as economias dominantes e economias dominadas. Assim, de acordo com essa perspectiva o mundo de hoje está essencialmente dividido em dois sistemas: o capitalista (imperialista no actual estado) e o formado pelos países em transição para o socialismo (não pretendo de forma alguma fazer juízos de valor acerca dos diferentes estádios em que se encontram estes países).

O sistema capitalista encontra-se estratificado em países dominantes e países dominados. Esta estratificação constitui aquilo a que podemos chamar uma contradição interna — contradição essencial — do sistema. Em resumo, sem países explorados não há países exploradores. Se não existisse a acima mencionada unidade os países imperialistas (países dominantes), não seriam imperialistas!

A persistência do binómio exploração — atraso económico, no seio dos países do sistema imperialista, não é mais do que um reflexo das necessidades dos países capitalistas desenvolvidos. A expressão "Terceiro Mundo" não é mais do que uma tentativa de mistificação das raízes do atraso económico dos "filhos pródigos" do sistema imperialista!

A.P.

Sedes

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedrono, 15
ALGÉS DE CIMA Tel. 2100337

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40

ÁRGEA

BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29

BRAGA — R. Santa Margarida, 109, 1.º

CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional 10
Tel. 2763267/2763397/2763122

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, 60

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21
Tel. 24998

FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

LAVRADIO — R. Dr. José Carcano Lobo, 12

LISBOA — Sede Central do Partido
Rua Castilho, 70 — Tel. 48119

573520
573640

Jornal "Revolução"
Rua do Arco do Carvalhão, 1, 5.º Dr.º — tel. 682323

LOULÉ — Av. José da Costa Mealha, 39-1.º

MARINHA GRANDE — R. Marquês de Pombal, n.º 65

OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C

PAREDE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Tel. 2474142

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, n.º 17

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Tel. 315759/315786

S. JOÃO DA MADEIRA — R. Jaime Afreixo, 142

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, 16-17

SETÚBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz
Rua Jorge de Sousa

VIANA DO CASTELO — Rua José Espargueira — Tel. 22558

Universidades Proletárias

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68

TRABALHADORES: PEGUEM EM ARMAS!

As últimas assembleias das Forças Armadas tiveram a vantagem de nos demonstrar como, neste momento de crise, a escolha feita por uma boa parte dos oficiais recai para o lado da sua classe, a burguesia. Tiveram portanto a vantagem de desmascarar as ilusões que podessem alimentar à volta da ideia de

que estas Forças Armadas com a sua estrutura actual, condiriam à Revolução Socialista, em termos de força, em termos de poder. E quem tem as armas tem o poder. Por isso o problema da força se põe cada vez mais para o proletariado em termos concretos - o problema do armamento dos trabalhadores está na ordem do dia.

A SITUAÇÃO NOS QUARTÉIS

Em plena actividade dos "Nove" à direita nos quartéis, face aos e do seu "Documento" havia a ideia generalizada de que algumas regiões militares tinham pequena percentagem de esquerda. As votações assim o mostravam. A região do Norte era uma delas, e eis que surgem os S.U.V. e fazem a sua manifestação no Porto e vêm milhares de soldados e sargentos de todos os quartéis da região do Norte, mesmo daqueles onde o Comando tomou medidas para o impedir. Dal em diante a adesão aos S.U.V. foi tal que seremos obrigados a concluir que muitos soldados e sargentos que votaram

à direita nos quartéis, face aos oficiais de direita e metidos dentro da estrutura, vieram e vêm depois para a rua tomar posições de esquerda. O que nos prova bem que a estrutura hierarquizada das F.A. dentro dos quartéis consegue reprimir o mais possível o que de revolucionário e de consciência de classe existe em cada homem.

No entanto, a rebelião dos soldados tem rompido barreiras nos últimos dias: os casos da EPI, em Mafra, da Escola Prática de S. Material são exemplos que fazem estremecer as cúpulas.

E a democracia revolucionária de

fortes e grandes unidades como a P.M., o RALIS, o Forte de Almada, Vendas Novas, Chaves, em que soldados e comando se mostram coesos fazem igualmente estremecer a hierarquia militar. No mais íntimo das altas patentes tais casos são tratados de "traidores". Tais casos, que são os bastantes para garantir que qualquer tentativa de golpe de direita será recebida como uma insurreição...

Por fim, o caso do Capitão Fernandes, que despe a farda do exército para se enfrentar na luta revolucionária clandestina, dando como primeiro passo a entrega de armas a operários e camponeses, será decerto já uma blasfémia para as cabeças bem pensantes que falam em nome da disciplina militar.

OS HOMENS DO 25 DE ABRIL - DONDE VÊM, PARA ONDE VÃO

Os homens que fizeram o 25 de Abril são oficiais, oriundos na sua maioria da classe burguesa. Alguns deles eram já nessa altura verdadeiros revolucionários, tendo escolhido como classe a defender o proletariado e como revolução a fazer a socialista. Mas a maioria fez o 25 de Abril para salvar o país da vergonha do fascismo e para terminar com uma guerra colonial, que estava a ser perdida em todas as frentes. Para esses (e para muitos políticos civis) o fascismo era considerando uma aberração pura,

não percebendo que esse regime era apenas o aspecto de que o capitalismo se revestia neste país,

por necessidade de conter pela repressão as massas trabalhadoras extremamente exploradas e vivendo em condições de miséria. A maioria dos oficiais do 25 de Abril teve portanto como objectivo o derrube do regime, mas não o derrube do sistema capitalista. Por outro lado, todos os partidos dos governos de coligação, desde o PPD ao PC, assentaram nesta mesma posição, teimando todos em defender a "democracia". Foi esta ambiguidade, esta contradição, que veio a gerar o arrastar de uma situação de crise económica, social e política, da qual temos hoje um triste espectáculo.

E dentro desse MFA, glorificado no início por todos os partidos da coligação e insultado por todos os partidos maolistas existia já no 25 de Abril uma mistura de pessoas e objectivos, que bom teria sido se fosse imediatamente distinguida e clarificada diante das massas trabalhadoras. Nesse MFA havia o capitalismo mais claro e o neo-colonialismo mais manobrador.

Foram necessários o 28 de Setembro e o 11 de Março para depurar em parte o movimento dos capitães.

Mas apesar disso, os rapazes bem comportados do partido reformista aclamavam em cada volta da estrada as "gloriosas Forças Armadas", acusando-nos de "divisionis-

tas e de provocadores" quando fomos sucessivamente denunciando a quase totalidade dos membros da Junta de Salvação Nacional (Spínola, Galvão de Melo e outros) alguns dos membros do Conselho dos Vinte, uma boa parte da Assembleia do MFA.

Hoje, as assembleias das várias armas mostram qual a tendência predominante entre os oficiais. A medida que o tempo vai decorrendo e a situação se vai agravando, mais oficiais se passam para o lado da burguesia.

No entanto, alguns desses homens do 25 de Abril fizeram uma longa viagem desde o simples anti-fascismo até às posições revolucionárias que hoje assumem. A causa dessa longa viagem foi a prática destes meses, durante os quais se viu a ineficácia da "democracia" e da "liberdade" para resolver os problemas concretos das massas exploradas. E aqueles oficiais que sinceramente se meteram neste comboio para resolver os problemas "dos mais desfavorecidos" perceber à custa de muitos erros, contradições e tentativas de solução, que a única possibilidade para resolver o conjunto de problemas era a Revolução Socialista. Descobriram o marxismo sem ler Marx.

inteligentemente, outros, muito poucos, a quem as doutrinas marxistas tinham chegado antes do 25 de Abril fixaram-se por vezes nas suas posições, paralizaram e nada evoluíram com o processo. E ficar parado, neste caso, transforma-se em remar contra a maré.

Para onde vão estes oficiais do 25? Alguns irão para a direita e mesmo para o fascismo, outros irão para a batalha pela Revolução Socialista juntamente com os militantes revolucionários e os trabalhadores. Outros ficarão desorientados e perder-se-ão entre a direita e a esquerda na tentativa de conciliar o inconciliável. Alguns tentarão salvar a honra e o nome do MFA e sonharão com golpes militares de esquerda, de que mais uma vez excluirão as massas trabalhadoras.

OS TRABALHADORES E AS ARMAS

Quando as armas saem dos quartéis para ser entregues a operários e camponeses, quem se aflige? A direita. A social-democracia que defende o legalismo do voto e que pretende perpetuar a sociedade capitalista vestindo-a de cores agradáveis (o que nem sequer é possível em Portugal). A social-democracia, os capitalistas, têm medo dos trabalhadores armados. É natural... eles sabem que as armas são um meio para tomar o poder. E portanto para os tirar a eles do poder.

Mas os trabalhadores também sabem e a experiência vai-lhes confirmando que é impossível tomar e exercer o poder sem força, logo sem armas. Nunca em nenhuma parte do mundo uma classe tirou outra do poder sem usar a força. É natural que assim seja, se nos lembrarmos que a classe que é retirada do poder perde assim todos os seus privilégios. Foi assim com a aristocracia quando foi derrubada pela burguesia e foi assim em todos os países em que a burguesia foi derrubada pelo proletariado.

Foi uma ilusão de tristes consequências a daqueles trabalhadores que alguma vez pensaram derrubar a burguesia sem usar a força. O exemplo do Chile ficará para sempre como um marco trágico na História mostrando quanto o legalismo e o reformismo podem ser uma traição para as massas trabalhadoras e como os revolucionários têm a obrigação de procurar a iniciativa revolucionária, não esperando que sejam os reformistas a fazer a revolução (porque a não fazem de certeza).

Em Portugal o reformismo sustentou sempre a ideia de que o "braço armado" dos trabalhadores eram as Forças Armadas, delegando nestas a defesa dos

interesses da classe operária. Durante todo este ano e meio o reformismo defendeu a ideia de que os trabalhadores e os militantes revolucionários não necessitavam de armas, porque "as armas estavam em boas mãos". Hoje conhecemos mais ou menos as "mãos" em que o reformismo depositava a defesa

A CRIAÇÃO DUM EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO

Hoje nenhum revolucionário duvida que é necessário construir um exército revolucionário para fazer a revolução socialista. Para atirar fora com a canalha e dar o poder a quem trabalha. Esse exército não é o actual. Há portanto que fazer um outro e a tarefa é urgente, porque sem ele a revolução é impossível.

Na construção desse exército entram três partes: os trabalhadores armados, as milícias de militantes e a parte revolucionária das actuais F.A.

Para armar os trabalhadores só há um caminho legítimo: a eleição de comissões ou conselhos nas assembleias de cada local de trabalho destinados a ser responsáveis pelo armamento dos trabalhadores daquela fábrica ou daquele campo. As assembleias da Lisnave, da Setenave e de outras empresas terão que decidir já como é que os trabalhadores daquelas fábricas vão ser organizados e qual é o conselho responsável por isso. As armas têm pois que ser distribuídas aos órgãos eleitos pelos trabalhadores e não aos militantes dos partidos.

Isto tem que ser tão vergado para o PRP como para qualquer outro partido.

Mas regiões há onde os militantes revolucionários têm que ter um papel muito especial, travando uma luta político-militar e fazendo a vigilância revolucionária que as massas (pelos seus estados de consciência) não estão capazes de

dos interesses dos trabalhadores. Se em que o reformismo depositava a defesa dos interesses.

Se os trabalhadores estivessem armados desde o início deste processo certeza que as coisas não se tinham encaminhado deste modo para a direita; os trabalhadores teriam imposto as suas condições. E o próprio reformismo teria sido obrigado a vir para a esquerda...

fazer. É o caso de algumas regiões do Norte do país.

Os trabalhadores armados e os militantes revolucionários terão de juntar-se aos revolucionários dos quartéis e para isso contam desde já com a estrutura dos S.U.V. As actuais unidades revolucionárias terão que contar em termos militares com outras unidades armadas que são as fábricas ou os campos da sua região. Na região de Setúbal haverá assim o Forte de Almada, a unidade Lisnave, a unidade Siderurgia, a unidade Setenave, etc.; e com estas unidades se incorporarão todos aqueles que no regimento de Infantaria de Setúbal (como exemplo) estejam dispostos a estar do lado revolucionário. Assim se irá formando o Exército Revolucionário, capaz de fazer a insurreição. Esta organização tem de dar rapidamente porque os governos de direita vão-se suceder e acabarão num golpe de direita se estas medidas de organização não forem tomadas. E é bom que os trabalhadores não tenham mais ilusões a respeito da possibilidade de "golpes" de esquerda, delegando nos oficiais progressistas a tarefa de fazer a Revolução. O poder para os trabalhadores não se toma por golpes mas sim pela insurreição armada, na qual os explorados se organizam para defender os seus próprios interesses. E organizando-se para tomar o poder, organizando-se para exercê-lo.

Fascismo ou revolução



I — Conflito entre forças produtivas e relações de produção capitalista em países economicamente desenvolvidos.

de uma cama para outros, moradias de luxo para uns bairros de lata para outros, burgueses mortos por empanturramento de gorduras requintadas e pobres a morrer à fome por falta de batatas, etc.) é o seu (o dos despossuídos) mundo de miséria e abstinência. O mundo tem já em si próprio todas as possibilidades de organizar uma sociedade onde todas as necessidades humanas se podem satisfazer plenamente de um modo racional. Se todas as despesas e actividades improdutivas no sentido em que não satisfazem as necessidades humanas reais (armamento, pesquisas espaciais, polícia, exercício, aparelho burocrático, produção de trinta diferentes marcas de cuecas ou pastas de dentes, etc.) fossem

abolidas e reinvestidas na satisfação planificada das necessidades humanas entrariam definitivamente na destruição do reino da necessidade de que Marx já faleava à cento e tal anos. Como alternativa às sociedades de consumo planificado e dirigido a necessidades artificiais, existe já a possibilidade (a necessidade) dos produtores se organizarem e orientarem a sua actividade produtiva na satisfação planificada de um consumo necessário.

Mas apesar de todas as sociedades de estrutura económica avançada apresentarem de modo claro contradições entre forças produtivas existentes e relações de produção a classe operária não tem atingido nesses países o grau de

consciência que lhes possa ter permitido a alteração qualitativa radical que seria a sua libertação e a da humanidade.

Para isso existem vários factores e não bastará a explicação simplista de que as cúpulas sindicais e os partidos ditos da classe operária se terem tornado reformistas. Se a dialéctica não é uma batata é evidente que essas estruturas (partidos reformistas e cúpulas sindicais desinteressadas dos reais interesses dos trabalhadores) na medida em que existem e têm podido permanecer como estruturas representativas da classe operária é porque apesar de tudo em período de atenuação de luta de classes têm preenchido as necessidades reformistas da classe.

II — Alguns factores em que se baseia a dominação de classe burguesa:

Os próprios capitalistas são os primeiros a afirmar que o capital é internacional. A divisão do mundo em países "desenvolvidos" "subdesenvolvidos" e em "vias de desenvolvimento" existem em função das necessidades desse mesmo capital. Os capitalistas ao afirmarem que o capital é internacional são os primeiros a entrar em contradição consigo próprios quando ao mesmo tempo nos pretendem impingir que o "subdesenvolvimento" económico existe devido a condições "naturais". A relação entre países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos" é dialéctica. Para que existam (desenvolvidos) têm de existir os outros (subdesenvolvidos) e como o processo colonial provou o colonialismo não tem nada de "natural" mas foi uma forma histórica de dominação económica favorecendo a acumulação primitiva de capital nos países colonizadores. A contradição entre estes países não tem nada de lógico mas somente de dialéctica. Para que os "subdesenvolvidos" desapareçam como "subdesenvolvidos" há necessidade permanente da revolução social nos desenvolvidos. Porque enquanto os centros de decisão económica e portanto política estiverem centrados nos Estados Unidos da América e Norte-Centro - Leste da Europa os países economicamente colonizados estarão sempre sujeitos a chantagens económico-políticas de toda a ordem com a necessária recurreção a nível dos partidos políticos existentes no país colonizado que é objectivo de chantagem.

Os chamados países do Terceiro Mundo (designação discriminativa

com raiz no passado colonial europeu) têm nos últimos anos tentado organizar-se como força política e económica de oposição aos países desenvolvidos no sentido de poderem desenvolver as suas próprias forças produtivas. Obrigados pelo seu passado colonial a uma dependência económica e tecnológica têm tentado organizar-se para obter o controle das matérias primas de que são produtores e fornecedores. A tragédia tem sido

que a maior parte dos países do "Terceiro Mundo" têm "optado" por continuar na esfera da influência capitalista. A sua radicalização (em sido limitada na medida em que lutando muitas vezes contra os monopólios internacionais pretendem a possibilidade do desenvolvimento nacional de uma burguesia que não hesita na altura da descolonização. (vide petróleo no Bangladesh).

A) Participação da classe operária, em países capitalistas avançados, na exploração do chamado terceiro mundo.

Os operários dos países desenvolvidos têm sido, na prática, os colaboradores do capital internacional e beneficiários da extorsão da imensa mais valia das classes trabalhadoras dos países "subdesenvolvidos". Tem sido a mais valia extorquida às classes trabalhadoras dos países economicamente "subdesenvolvidos" que tem permitido aos capitalistas, nos centros internacionais de decisão económica, executar reformas sociais favorecendo os operários desses países. Através destas reformas sociais a classe operária desses países tem tido a possibilidade de participar activamente no con-

sumo ao mesmo tempo que os capitalistas, através disso, asseguraram o adiamento temporário do grau de consciência da classe operária. (Enquanto um operário sueco tem medicamentos quase gratuitos, máquina de lavar roupa, televisão a cores, etc., aos trabalhadores portugueses produzindo para firmas suecas em Portugal é-lhes recusada a possibilidade de terem casas de banho preenchendo condições mínimas de higiene).

E o patrão é o mesmo! E não é seguramente por patriotismo que o fazem. Se há alguma coisa que não é nacionalista é o capitalismo.

B) A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominada é a ideologia da classe dominante.

Marx em período de desenvolvimento capitalista dizia que a ideologia dominante, é a ideologia da classe dominante. Cento e tal anos depois, no período de desenvolvimento capitalista actual, é evidente que se a ideologia dominante continua a ser a ideologia da

classe dominante, a ideologia da classe dominada é a ideologia da classe dominante enquanto a classe dominada não se mover revolucionariamente. "A classe operária ou é revolucionária, ou não é nada". (MARX)

VI GOVERNO

A esquizofrenia no Poder

Após fim de vários meses de crise governamental eis que PPD, PS e P.C. descobrem que afinal sempre estavam de acordo. Nas coordenadas a seguir pelo VI Governo "destacam-se a independência nacional, o socialismo e o pluralismo democrático".

A independência nacional ao mesmo tempo que se destaca "o reforçar de relações com a EFTA e o Mercado Comum, com os países socialistas e o Terceiro Mundo". Muito saudável a última parte quando se sabe que Portugal tem uma estrutura capitalista e a totalidade da economia capitalista como se tem visto nos últimos tempos é dependente do sistema capitalista...

Socialismo ao que se sabe existe um, mas em Portugal existem vários. Além do "Socialismo" à Portuguesa, o "Socialismo" do PS, o "Socialismo" do PC, o "Socialismo" dos Nove e outros que irão aparecendo. De prever a possibilidade do "socialismo" do

CDS com Freitas do Amaral, luxos à laia de novos ricos. A desgraça de louvores vai ser prioritariamente o de ser obrigado pela situação econômica a implantar em Portugal o "socialismo de miséria" de que tão demagogicamente falava à tempos. E que não está disposto a implantar, claro! Porque a miséria também vinha para a classe dele.

Pluralismo democrático. Em sociedade burguesa, democracia é a possibilidade de uma minoria oprimir uma maioria. Banquete de ricos onde os pobres vão desempenhando um papel que estes senhores democratas pensam ser a vocação histórica eterna das classes despossuídas.

O PC ao mesmo tempo que afirma categoricamente que o Governo não é de coligação pretende nas ruas através de manifestações, e nas fábricas através de greves simbólicas impostas pela Intersindical manifestar a sua independência política e simbolicamente a sua agressividade.

Os elementos constituintes do Governo não estão como representantes de partidos, estão a título individual. O PS e o PPD não devem deixar de rir às gargalhadas no seu íntimo. É sabido que a esquizofrenia é uma doença em que há desdobração de personalidade. Se tivermos em conta a constituição do Governo - Provisório que tecnicamente será o pior (Salgado Zenha advogado vendendo salgadinhos na boca das Finanças, Victor Alves à pedrada nos educandos e nos educadores, etc...) não nos custa aceitar a ideia que nos querem impingir. Estes senhores vestem a casaca de ministros e penteiam-se de risco ao meio às 8 da manhã dando entrada no Ministério. As 4 ou 5 saem, tomam um purgante, penteiam-se de risco à direita ou à esquerda e vão para o partido fazer política. Mas ao mesmo tempo que se desculpa como sendo doentes mentais vão-nos passando o seu programa de saneamento à esquerda dos que pretendem conser-

var o juízo no sítio: pretende este governo reforçar a autoridade do governo, defender a ordem e legalidade democrática (palavras de tão do agrado do El gordito) combater actividades contra-revolucionárias (devem referir-se à batalha campal no Porto em que o Conselho Revolucionário de Moradores fez passar o Brandão a Cal), criar condições para o funcionamento dos tribunais, publicar legislação severamente punitiva dos grupos civis armados, Pinheiro de Azevedo sintetiza:

"Poder político impossível sem força". E que poder político! I

E o PC mais uma vez colaborou em tal operação intelectual e vai provavelmente mais longe uma vez que Pinheiro de Azevedo afirma: "O Primeiro Ministro disporá de instrumentos eficazes para exercício do poder, tendo à sua disposição forças capazes de cumprir com disciplina e sacrifício comprometendo-se as forças políticas progressistas (?) a apoiar o exercício da autoridade e a comba-

ter a sua contestação".

Que o PS ou o PPD colaborem na tragédia que se vai abater sobre as classes produtoras e até pequena burguesia nada de estranhar ainda que o PS irá perder parte do seu apoio pequeno-burguês pela austeridade a que mais tarde ou mais cedo vai tentar imprimir à vida econômica portuguesa. Mas o PC que da F.U.R. salta para o Governo, que pretende? Será que na perspectiva de luta de classes interna que se vai travar em Portugal o PC pensa fazer o gesto espectacular de sair do Governo se a tentativa de repressão que se vai encetar tiver algum êxito? Será que o PC pensa através disso poder capitalizar uma classe operária que cada vez mais se esclarece sobre a política oportunista do PC? Será que pensa através disso mais uma vez poder controlar e policiar as atitudes revolucionárias das classes produtoras de Portugal? Ou será que lhe passa pela cabeça que contemplando com a burguesia poderá sobreviver e escapar à repressão?

Fascismo ou revolução

Continuação da pág. 4

Em período não revolucionário, o ideário de família; religião; justiça; propriedade; sexualidade; cultural, etc. é o ideário burguês. Enquanto se vive em estrutura econômico-cultural burguesa, as contradições de cada um têm que "encontrar" a sua solução na estrutura cultural burguesa como necessidade de sobrevivência pessoal. O operário consciente dos conflitos entre capital e trabalho ainda que sabendo que vendo a sua força de trabalho, é obrigado a continuar a fazê-lo para sobreviver dentro da estrutura econômica burguesa. Em período avançado de desenvolvimento capitalista à exploração

e econômica e opressão política junta-se a colonização mental-psicológica como forma brutal e subtil de dominação (é isto que permite por exemplo a falta de pudor que existe na Suécia: à mesma hora, no mesmo programa, no mesmo canal de televisão apresenta-se uma notícia em que os operários das companhias de serração conseguem depois de uma luta prolongada de três meses obter ordenado ao mês em vez de à peça (1975) e uma outra notícia em que a mesma companhia de serração declara ter tido durante o mesmo ano um rendimento de 400 milhões de coroas).

podiam ter mais do que têm e ainda permitir a possibilidade de abundância nos chamados países "subdesenvolvidos". Mas Portugal não pode desenvolver as suas forças produtivas a um nível tal que possa satisfazer com produtos nacionais essas necessidades a longo prazo. Ao poder de compra real da população portuguesa não corresponde uma oferta de produtos produzidos nas unidades produtivas nacionais. Quase todos os artigos de primeira necessidade que se consomem em Portugal são importados (22 milhões de contos de produtos alimentares foram importados em 1974 - cerca de 1 bilião de dólares).

Portugal não pode desenvolver as suas forças produtivas devido a vários factores entre os quais o facto de ter sido um país colonizado primeiro pela Inglaterra depois por monopólios internacionais, sem possibilidade portanto, de desenvolver forças produtivas que lhe permitissem a emancipação econômica e portanto política.

Por outro lado, por ter travado uma guerra colonial na defesa de privilégios e necessidades duma burguesia que foi sempre marginal e semi-possibilidades a nível internacional, a não ser a de laço dos

interesses do capital internacional nas colónias.

O que se oculta é que esses países são justamente desenvolvidos à custa de países "subdesenvolvidos" como o nosso (alguns social-democratas portugueses não fazem flores ao dizer que a social-democracia não pode existir em Portugal. É um dos poucos momentos em que são "marxistas" - é a constatação de que as forças produtivas em Portugal não existem a um nível tal que possam permitir uma sociedade de tipo social-democrata). Ao dar-se o 25 de Abril, a maior parte dos portugueses pensaram e exigiram que fossem integrados numa sociedade planificada de consumo dirigido às

suas necessidades reais. Depois do 25 de Abril os portugueses continuaram a pensar e a actuar de um modo característico de uma sociedade capitalista. Portugal foi e é país colonizado econômica política e culturalmente pelo sistema capitalista.

Ora se pensarmos que as pessoas são uma unidade que funciona econômica, social e psicologicamente na sua vida diária temos que aceitar que as pessoas são tão bem colonizadas a nível psicológico.

As pessoas continuam a funcionar dentro do esquema psicológico das relações de produção capitalista delapidando e comunicando, nem se apercebem

(Continua na pág. 14)

III - As contradições a nível português entre as forças produtivas e as relações de produção capitalista.

Em Portugal existem também as contradições entre as forças produtivas existentes e as relações de produção capitalistas. Mas no sentido inverso ao dos países capitalistas avançados. Vivemos em sociedade com relações de produção de tipo capitalista mas sem uma quantidade e variedade de forças produtivas que sejam capazes de produzir o suficiente para satisfazer necessidades que as pessoas estão habi-

tuadas a ver satisfeitas pelas classes exploradoras. Por outro lado é bem conhecida a propaganda de consumo que existe nos países capitalistas de norte e centro da Europa. Nesse consumo pode participar grande parte da população pelas razões que vimos acima, através de uma redistribuição internacional de bens. Mas o que se oculta é que nesses países explorados e exploradores continuam a exigir, que os explorados



REGIMENTO DA POLÍCIA MILITAR

- Desenvolvimento da luta - Tomada de posição dos soldados

No dia 1 de Setembro saiu um comunicado de duas companhias - CPM 8243 e CPM 8246 - com a moção aprovada em plenário de unidade, e que recebeu o apoio de todo o regimento onde é dada a conhecer, a decisão do não embarque para Angola dessas duas companhias.

Nesse Plenário o Comando (1.º comandante Campos de Andrade e 2.º comandante Tomé) faz uma auto-crítica por não ter até aí apoiado concretamente e na prática a luta dos soldados, explicando que se aliava definitivamente a estes a partir da altura que tinha deixado de ser possível encetar conversações com o Estado Maior para resolver os problemas através da discussão e do diálogo. Afirmou

o Comando encontra-se definitivamente ao lado dos soldados e estar disposto ao controle da unidade por parte dos órgãos representativos (ADU, plenários, etc.).

No dia seguinte a ADU resolve convocar nova reunião para apreciar as reacções que a unidade deveria tomar em relação às medidas punitivas a que, o Estado Maior se propunha, e dar também a conhecer as adesões à luta. Surge a proposta do Comando para que se convidassem sob o estatuto de observadores os órgãos de vontade popular que estivessem interessados no desenrolar da luta dos soldados (Comissões de Trabalhadores e Moradores da zona) sindicatos, e órgãos de informação.

este se enquadrar na luta contra o decreto recentemente saído do Conselho da Revolução que repressivamente tentava impedir a divulgação das lutas dos soldados nos quartéis. Havia portanto uma ajuda mútua. Os órgãos de informação assumiram a posição de transgredirem o decreto e noticiarem a luta dos soldados da RPM, e estes chamam-os ao

plenário, o que lhes permitem fazer uma cobertura dos acontecimentos.

Desta vez, são tomadas as devidas precauções para que não se repetissem o tipo de contactos do plenário anterior e estivessem presentes realmente órgãos de vontade popular e não órgãos de vontade partidária.

Nesse plenário houve certos e-

lementos reconhecidos como simpatizantes do MRPP que fizeram a sua auto-crítica reconhecendo as sucessivas tentativas de controle que foi aceite pelo plenário nos casos considerados honestos.

Houve no entanto o saneamento de um furriel e de um soldado justificados por toda a sua prática dentro da unidade.

O CONTROLE PARTIDÁRIO

Começa então a ver-se na prática a tentativa oportunista de controle da luta por parte de uma minoria afecta ao MRPP. O Secretariado da ADU encarrega elementos das CPM's de fazerem os contactos e convites para o plenário sem ter tempo nem ter dado atenção à maneira como esses convites iam ser feitos. Acontece que tudo indica terem havido contactos quase de carácter pessoal resultando assim uma larga maioria de presenças na sala, serem nitidamente da facção pró-MRPP. Em cada comissão de trabalhadores ou de moradores que houvesse um elemento afecto a essa organização era ele o contactado e convidado. Também não foi por acaso que as adesões a nível sindical se manifestaram quase que somente pelos sindicatos dos Escritórios (MRPP-PS), Ourives (MRPP-PS), lista MRPP-PS concorrente aos CTT e aos Metalúrgicos.

Já no plenário é feita aprovar uma proposta para que todos os presentes tivessem direito a voto contrariando assim o previsto de início de que os representantes dos trabalhadores, órgãos de imprensa e outros militares, estivessem presentes sob o estatuto de observadores. Na sequência da aprovação dessa proposta, é posta na mesa uma moção onde era exigido o saneamento do Comando. (Cá está o motivo porque de viam ter direito a voto). Esta moção, além de oportunisticamente elaborada enferrou em dois erros que poderiam ter sido fatais no desenrolar e vitória da luta. O primeiro erro fundamental, foi ter subestimado completamente e até rebatido o tipo de organização democrática existente na unidade (parece-nos não haver muitas divi-

das sobre a actuação revolucionária e organização democrática dos elementos da Polícia Militar). O segundo erro foi não ter aceite de maneira nenhuma a auto-crítica consequente do Comando. "Não nos vamos pôr debaixo da orientação dos senhores oficiais, só por serem oficiais, mas sejamos coerentes quando nos opomos a estes. Também não nos vamos opôr sistematicamente só porque são oficiais".

A moção é obviamente aprovada. O comandante faz uma declaração de voto em que considerando o tipo de manobra que se passava, que a luta era dos soldados e que nenhum partido tinha o direito de a reivindicar, apesar de todos a deverem apoiar, considerando também que não se sentia vinculado àquele tipo de ADU oportunisticamente alargada, abandonou a sala. Entretanto muitos dos presentes, sobretudo os que eram militares da Unidade, foram desmobilizando por não considerarem correcta a maneira como a mesa estava a orientar os trabalhos. Nessa mesma tarde, começa-se a notar uma tomada de consciência por parte dos soldados da unidade ao verem que se tinha atingido campo próprio ao divi-

visionismo através do elitismo e manobra partidária dum minoria sem perspectivas de luta. Simultaneamente o Comando decide submeter-se às decisões de um novo plenário, dum plenário que fosse verdadeiramente representativo.

É convocado novo plenário e mais uma vez são convidados como observadores os órgãos de vontade popular, os sindicatos e órgãos de informação. É de salientar a presença dos órgãos de informação nesse plenário, visto

Revolução fez uma entrevista a um militar da unidade, para, segundo os dados que atrás referimos, esse camarada se pronunciasse sobre a luta do RPM e enquadrasse na luta dos explorados e oprimidos.

REVOLUÇÃO - O que pensas da tomada de posição da não ida para Angola, considerando o problema dos retornados, protecção militar a estes e o tempo que lá ficaram?

Quando aos retornados, em primeira medida esta tomada de posição não os afecta dado que as CPM's iriam para Luanda, e visto que os movimentos controlam cada um a sua zona, e o Comando militar português se restringe à zona ocupada pelo MPLA, não caberia no âmbito geral do território angolano, à PM ou às Forças Armadas portuguesas fazer esse serviço, por incapacidade inerente à demarcação territorial intermovimentos. Em relação ao tempo que ficariamos em Angola não há garantias por parte do Estado Maior na fixação de datas para o regresso, apesar da independência estar programada para daqui a dois meses.

REVOLUÇÃO: Houve tentativa de controle na vossa luta. Como vêis a melhor maneira de superar estas tentativas e consequente divisão de soldados nas unidades?

R: - A partida, reprovou o controlo partidário. Sendo assim, repudio a recente manobra divisionista encetada por uma minoria inconsequente na prática e que é já sobejamente conhecida e resolução destes problemas, é a existência de uma única frente de soldados, e mesmo existindo contradições e divergências, estas poderão ser ultrapassadas com uma prática consequente sem a

exploração partidária, criando um espírito forte e coeso capaz de criar aquilo que neste momento é o embrião de uma frente de soldados disposta a estar a par das classes exploradas e oprimidas deste país. Será pois, uma prática correcta na resolução ao nível da dialéctica que as contradições e divergências serão ultrapassadas com a dinâmica do próprio processo revolucionário.

REVOLUÇÃO: O General Fábio ameaçou que desfilava o regimento da Polícia Militar se vocês manifestassem a posição inicial de recusa ao embarque. Como é que vocês pretendem organizar-se ofensiva ou defensiva?

R: A minha opinião pessoal, que penso poder ser secundante por muitos outros camaradas é que a luta é de tipo ofensivo, visto que à partida não poderemos considerar o general Fião como aliado, devido ao antagonismo de ideias expressas nas suas resoluções. Creio mesmo que o general estará a enfermar das contradições próprias da sua origem de classe e que ele defende neste momento. Como não vejo possibilidade de aliança entre este senhor e a classe que defende, a luta, repito, terá que ser inqualquer maneira ofensiva; de qualquer maneira uma coisa é certa - a luta dos soldados só tem razão de ser quando apoiada pela classe operária e restantes trabalhadores, quando se pratica verdadeiramente a união de operários, camponeses, soldados e marinheiros. Acho também que é fundamental a importância da actuação dos órgãos de informação postos ao serviço do povo numa perspectiva revolucionária. Os órgãos de informação trabalham neste momento uma luta que certamente terão todo o apoio dos soldados como já várias vezes o demonstraram.

REVOLUÇÃO: Neste momento quando os soldados estão numa fase avançada da sua organização consideras que eles poderão vir a ser os detonadores dum resposta violenta à situação actual?

R: Nestes moldes existiram duas possibilidades de o catalizador de ser a classe que sempre sofreu a exploração na carne levando a seu lado, através de uma opção correcta os soldados em apoio militar no processo revolucionário, como braço armado da classe operária, independentemente desta se dever armar e preparar para o confronto. A partida, caberá neste momento aos soldados a não concessão de mais terreno à reacção pois que acho que no campo militar a direita e os "reacções" procuraram abater à revolução quer através dos destadados revolucionários, quer no boicote às estruturas democráticas já existentes nas unidades.

REVOLUÇÃO: O que pensas da organização dos soldados na unidade com vista à consolidação da aliança MFA - POVO?

R: Primeiramente penso que o próximo objectivo é ir para a frente com a organização dos soldados nas unidades, que lutarão com os operários ao lado dos órgãos de vontade popular cimentando a aliança MFA - POVO. Sendo assim, esta união de soldado-operário-camponês daria resposta aos problemas que se põem diariamente à classe trabalhadora.

Como povo fardado e revolucionário, alerta a classe operária, camponeses, soldados e marinheiros, para a resposta violenta que a partir de agora teremos que dar a todos os contra-revolucionários que dizem não ao poder popular.

ORGANIZAÇÃO NOS QUARTÉIS

S. U. V. —

«Soldados Unidos Vencerão»

A sigla S.U.V. (SOLDADOS UNIDOS VENCERÃO) surgiu em 4 de Setembro, através de um comunicado posto a circular na maioria das unidades do Norte do País.

Neste comunicado, era abordado claramente o problema da luta de classes, no interior dos quartéis; assim como a necessidade da classe explorada e oprimida se organizar autonomamente nas unidades, dando desta maneira uma clara resposta de classe às manobras reaccionárias da parte dos comandos tais como, reuniões secretas na

R.M.P. por parte de oficiais reaccionários do quadro permanente e por comandantes de quartéis desta região, tendo chegado à ser formado um comando clandestino e insurrecto.

Encontraram assim os soldados a forma orgânica para responder revolucionariamente à ofensiva reaccionária. Os S.U.V., não sofrendo de um sectarismo divisionista, pretende avançar com as organizações autónomas de trabalhadores numa perspectiva unitária na luta anti-capitalista e anti-imperialista.

mulher respondeu de pronto "VIVA", para de seguida se voltar para o marido e lhe perguntar "O que é o S.U.V.". Alguém perto ao ouvir a pergunta interrogou-a:

— Então a senhora não sabe o que é o SUV e vem para esta manifes-

tação da SUV e grita vivas?

— Eu não sei o que é a S.U.V. — respondeu a mulher — nem me interessa, porque não percebo dessas coisas. O que eu sei é que lá à frente está o meu filho fardado, a lutar para não matar a gente.

— Para incentivar e aprofundar a ligação dos órgãos de poder popular (Comissões de Trabalhadores, Conselhos de Aldeia e Comissões de moradores), fortalecendo o poder dos explorados através das Assembleias Populares;

— Pela expulsão dos oficiais reaccionários;

— Contra todas as tentativas de afastamento de militares progressistas;

— Pela melhoria das condições de vida dos soldados (contra o pré de miséria, pelos transportes gratuitos, pelo rancho comum, contra a disciplina militarista).

3 — Soldados Unidos Vencerão (SUV) luta com todos os trabalhadores, pela preparação de condições que permitam a criação do exército burguês e a criação do braço armado do poder dos trabalhadores. O Exército Popular Revolucionário.

SEMPRE SEMPRE AO LADO DO POVO É O NOSSO LEMA

OPERÁRIOS, CAMPOMESSES SOLDADOS E RINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS.

EXPANSÃO DO MOVIMENTO

Entretanto, começa-se a verificar uma quase total adesão dos soldados do Centro e Sul, que se juntam assim aos seus camaradas do Norte.

Devido às suas perspectivas unitárias, o S.U.V. rapidamente se alargou integrando militares das mais diferentes facções de esquerda independentemente das suas

posições partidárias; estes militares viram no S.U.V. uma proposta muito concreta não só de organização defensiva mas também ofensiva.

Assim foi pela adesão a um Programa mínimo de acção que corresponde aos anseios dos soldados e do povo trabalhador que se formou o S.U.V. — Nacional.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO S.U.V. - NACIONAL

Foi dada no dia 22 de Setembro uma Conferência de Imprensa por militares do S.U.V. — Nacional.

Foi divulgado um manifesto que a seguir se transcreve:

1 - Soldados Unidos Vencerão (S.U.V.) é uma Frente unitária anti-capitalista e anti-imperialista que aparece no momento em que a reacção fascista se organiza de novo, aproveitando-se das hesitações e das divisões introduzidas no seio dos trabalhadores assim como da política dos governos que não souberam e não quiseram defender as justas reivindicações das lutas dos operários e camponeses dos quais nós, soldados, fazemos parte.

2 - Considerando que já por diversas vezes fizemos cedências à burguesia nomeadamente ao submettermos a nossa luta à aliança com o MFA, movimento de oficiais das Forças Armadas, que por causa das suas contradições e hesitações no passado, e de hoje estar ao serviço de elementos contra-revolucionários, nos tem valido não só o afastamento e hostilidade de camadas importantes da população (especialmente dos nossos irmãos campomesses), como também a desmoralização de numerosos combatentes das nossas fileiras e o adormecimento perante a ofensiva reaccionária dentro e fora dos quartéis.

S.U.V. propõe-se levar a cabo uma ofensiva autónoma com carácter de classe:

— Para lutar por uma vida democrática nos quartéis (impondo eleições e funcionamento democrático das ADU's, a livre circulação de imprensa e

propaganda operária e popular, e a realização de plenários de soldados quando e sempre nós os queivamos);

— Para lutar pela constituição de comissões de soldados, órgãos de poder dos trabalhadores fardados nos quartéis, eleitas e revogáveis a todo o momento em plenários de soldados;

EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO

A luta por melhores condições merece da parte dos soldados um apoio entusiasta. Porque parte deste o aumento do pré, a exigência de transportes gratuitos e a melhoria de condições nos quartéis (alimentação e instalações). Cada soldado recebe mensalmente, só eles praticam a austeridade económica. Compete às organizações autónomas de soldados — comissões de soldados — decidir das formas de luta a adoptar para a satisfação destas reivindicações.

Um dos pontos porque os S.U.V. se bate igualmente no imediato a destruição da estrutura militarista repressiva do exército e pela revogação do RDM (Regulamento de Disciplina Militar) altamente fascista e ultrapassado.

O carácter dos S.U.V. não é portanto, essencialmente reivindicativo, mas visa uma intervenção política activa através dos seus órgãos — comissões de soldados — que se vão formando, numa perspectiva de tomada do poder pelas classes trabalhadoras de farda, fato de macaco e enxada ao ombro.

Um exemplo claro de intervenção política foi a que se verificou no

CICAS do Porto. No dia 11 de Setembro, 300 soldados desta unidade formaram na parada de armas na mão, de culatra puxada atrás e guardaram um minuto de silêncio de solidariedade com o povo mártir da América Latina, tendo de seguida sido dita a palavra de ordem "PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA". Alguns oficiais incluindo o Comando, tentaram fazê-los dispersar dizendo-lhes que estavam a ser manobrados, mas a resposta foi pronta e de imediato, a palavra de ordem passou a "REACCIONARIOS FORA DOS QUARTÉIS".

Neste momento, o braço armado do poder dos trabalhadores, os trabalhadores fardados, não podem ficar pasmados perante o avanço da direita, sabem que só o povo em armas, organizado e unido, conseguirá através da insurreição tomar o poder e exercê-lo através dos seus órgãos autónomos de base, eleitos e revogáveis a todo o momento.

Na prática as ligações das comissões de soldados, as organizações autónomas de trabalhadores, em assembleias populares, lançam as bases do Exército Popular Revolucionário.

MANIFESTAÇÃO DE 10/9 NO PORTO

Sob as palavras de ordem:

REACCIONARIOS FORA DOS QUARTÉIS

TRABALHADORES, SOLDADOS, MORADORES, ASSEMBLEIAS POPULARES

SOLDADOS SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO

ABAIXO O R.D.M. FASCISTA

ABAIXO O PRÉ DE MISÉRIA

TRANSPORTES GRATUITOS JA

PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA

Foi convocada uma manifestação que se realizou no dia 10 na cidade do Porto.

A adesão espontânea a esta manifestação, apesar das manobras repressivas ensaiadas pelos comandos, (tirar nomes e números) expressou claramente o sentimento firme dos soldados de destruir o exército burguês. Foi esta a maior manifestação de militares de sempre, contando com cerca de 1.500 soldados. As massas trabalhadoras mostraram activamente a sua solidariedade com a luta dos seus irmãos fardados através de uma presença massiva e emitindo comunicados e moções de apoio.

Do apoio a esta manifestação é significativo o diálogo entre uma mulher e outro manifestante, relatado por um elemento do S.U.V. do Porto. Quando na cabeça da manifestação se gritou "VIVA O SUV" e

REBELIÃO NOS QUARTÉIS

P.M. — UM REGIMENTO REVOLUCIONÁRIO E DEMOCRÁTICO

• Terça-feira, dia 23, circular no R.P.M. um comunicado assinado pelo comandante em que se esclarece a questão da presença das armas enviadas de Beirolos para aquele regimento e em que se denuncia a atitude de conluio e desconfiança de doze oficiais contra-revolucionários.

• Quarta-feira, dia 24, na Assembleia Geral da P.M. o comando saúde o acto do Capitão Fernandes e solidariza-se com ele. O plenário apoia o comunicado do comando de dia 23 e considera aceite o pedido de afastamento dos doze oficiais reaccionários. O plenário solidariza-se com os soldados presos no dia 20 em Mafra e dá todo o seu apoio à manifestação dos S.U.V. em Lisboa.

E.P.I., MAFRA, OS SOLDADOS NÃO ACEITAM A ARBITRARIEDADE

• Um cabo e um furriel foram presos em Mafra, no sábado, dia 20, por terem sido descobertos panfletos em seu poder.

• Terça-feira, dia 23, os soldados tentaram libertar os camaradas presos. Foram interceptados por um capitão, com o qual houve ameaça de afrontamento.

ESCOLA PRÁTICA DE SERVIÇO DE MATERIAL, MAIS OFICIAIS POSTOS A ANDAR

• Terça-feira, dia 23, alguns oficiais reaccionários vêm-se obrigados a abandonar a unidade.

SANTARÉM, ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA

• Terça-feira, dia 23, os soldados não formaram para almoçar e às 14 horas não houve instrução.

ANTE-PROJECTO DO

HABITAÇÃO



1 — HABITAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A sociedade capitalista caracterizada por relações de produção assentes no antagonismo de duas classes distintas - por um lado, os donos dos meios de produção; por outro os trabalhadores, que nada possuem e por isso mesmo são obrigados a vender a sua força de trabalho aos donos para que possam sobreviver - perpetua o antagonismo de classes para lá dos muros das fábricas. Isto é, a vida quotidiana dos homens (uma sociedade de classes) está marcada por profundas diferenças, conforme a classe a que pertencem. Habita-se, come-se, aprende-se, cura-se e morre-se de modo completamente diverso conforme se é burguês ou proletário.

Como se reproduz o antagonismo das classes no modo de habitar?

Ninguém nega a existência de territórios distintos nas cidades. Todas as cidades do mundo capitalista têm os Restelos, onde vivem os donos dos meios de produção e seus fieis colaboradores (engenheiros, arquitectos, médicos, advogados, todos os que estão nos centros de decisão das empresas e instituições e Serviços para decidir o que interessa à classe dominante). Aqui, nos bairros residenciais chiques os serviços concentram-se para lhes dar maior conforto - escolas, jardins, clínicas, etc. Através de custos proibitivos das habitações, escolas, clínicas e de tudo o que existe nos bairros dos "donos", têm estes garantida a impossibilidade de acesso ao seu território por parte dos que labutam nas empresas e oficinas, onde entregam diariamente aos donos a

mais-valia para estes comprarem os Restelos e outras coisas.

As cidades têm a réplica dos Restelos - são as Moscavides com casas gaiolas, onde muitos dos trabalhadores vão dormir depois de terem passado 2 horas ou mais em transportes, comprimidos, desde o local de trabalho até ao "bairro-dormitório" pelo qual pagam a terça-parte, senão a metade do salário. No dia seguinte de manhã são outras tantas horas, igualmente comprimidos, para chegar ao local de trabalho. Ao todo, 4 horas diárias de esperas, apertos, enervamento, sufocação... Nestas zonas, os Serviços não se esmeram. As escolas para os filhos dos operários são precárias e, por vezes, arruinadas, espaços verdes não existem; os hospitais para os pobres, normalmente deteriorados, estão no centro da cidade para servirem áreas mais vastas que a própria cidade. Porém há ainda pior - as Curraleiras, onde chafurda a parte mais sacrificada do povo, a mais depauperada, sem formação profissional, nem trabalho estável. Nem esgotos, nem iluminação pública, nem arruamentos, nem escolas, nem nada. Apenas barracas-pardieiros. As Curraleiras são o grito das sociedades injustas.

Nunca na sociedade capitalista, se poderá garantir uma política orientada para a satisfação das

classes dominadas em matéria de habitação e urbanismo. A sociedade capitalista, quando muito poderá resolver o problema das Curraleiras, mas manterá fatalmente Restelos e Moscavides.

Na lógica capitalista a habitação é um produto cujo valor reside na sua capacidade de ser trocado por "lucros", que beneficiam directamente dos intervenientes no processo de produção das casas e na apropriação das mesmas. Portanto a habitação é um negócio que aproveita aos seguintes grupos:

- Detentores do capital fundiário, que especulam com os preços dos terrenos.

- Donos das empresas da construção civil.

- detentores do capital bancário que financiam as operações de transacção de terreno, assim como a construção propriamente dita - apropriando-se de boa parte da mais-valia fundiária, assim como da praticada no processo de construção.

- Os proprietários senhorios que compram o produto (casa) a preços onerosos e os colocam no mercado com rendas elevadas de modo a compensar largamente os investimentos dispendidos.

2 — HABITAÇÃO EM PORTUGAL

Em Portugal, e em todos os países subordinados ao imperialismo (estrangeiro), os problemas de

habitação, além dos característicos da sociedade capitalista, agravam-se pela introdução de factores

especulativos, pois que na ausência do desenvolvimento dos recursos próprios do país (o desenvolvimento aqui foi incentivado por imperativos alheios aos da reprodução da nossa própria riqueza), o investimento do capital privado orientou-se para a produção dos prédios nas zonas urbanas, na base de um lucro desenfreado.

Os preços dos terrenos urbanos e os das rendas de casa alcançaram números fabulosos o que veio a animar cada vez mais os especuladores a prosseguir este tipo de negócios, estando ausente deste modo de vida o trabalho por parte de quem especula.

A ausência de condições nas zonas rurais do país obrigou milhares de famílias a emigrar não só para o estrangeiro, mas também para as cidades industrializadas, criando um aumento explosivo de

determinados centros urbanos (Lisboa, Porto e, ultimamente Setúbal) o que veio a determinar uma pressão constante da procura de habitação face à oferta e a facilitar ainda mais a especulação atrás apontada, obrigando os trabalhadores a pagar de renda de casa uma percentagem elevada dos salários.

Em Portugal apenas 15% da população pode habitar sem sacrifício; 60% faz sacrifícios para ter casa (recorrendo os trabalhadores a horas extraordinárias para que o aluguer da casa não lhe roube metade do salário - e através deste mecanismo prolonga ainda mais a sua situação de explorado); 25%, isto é, cerca de 500 mil famílias, ou seja 2 milhões de portugueses, não conseguem ter casa - vivem em barracas, em quartos ou buracos.



3 — A QUESTÃO URBANA NA SOCIEDADE SOCIALISTA

Só pela luta de classes - único motor de transformação histórica - de que o proletariado um dia sairá vitorioso serão criadas as condições para se romper com a lógica capitalista, substituindo-a por um projecto subordinado a uma nova lógica - o projecto da sociedade socialista.

A Organização do poder popular, a transformação das relações de produção, o incremento da produção orientada para o desenvolvimento das riquezas internas do país, a distribuição equitativa dessas riquezas, a planificação económica a nível nacional, serão os alicerces que hão-de permitir a so-

lução (ou a revolução) para todos os problemas de ordem social (urbanismo, saúde, educação, segurança social).

Na sociedade socialista, a revolução no sector urbano significa antes de mais assegurar que os MEIOS de PRODUÇÃO se transformem em propriedade colectiva - isto é, expropriar os que até aqui têm expropriado os trabalhadores que tudo produzem e devolver à propriedade a sua forma social.

Outra orientação a prosseguir é garantir que órgãos de poder popular intervenham de forma permanente e organizada no processo da revolução urbana.

PROGRAMA DO PRP-BR

A partir do n.º 48, o "Revolução" passou a publicar os vários capítulos do ante-projecto do programa do PRP-BR que neste momento circula nas bases deste partido. O ante-projecto foi feito pela direcção, mas sobretudo foi elaborado por grupos de trabalho directamente ligados com os problemas versados. Os grupos de estudo não são portanto elites de militantes, desligados da realidade, mas grupos de acção, que escrevem sobre o que é a sua experiência de todos os dias: organização, ensino, habitação, saúde, etc.

Alguns capítulos estarão portanto escritos de forma inacabada. Pondo este ante-projecto a público pretende este partido que ele seja discutido fora da organização, entre os trabalhadores. E pretende também que críticas e novas propostas cheguem ao PRP-BR, no sentido de ampliar o mais possível a discussão e de ventilar a nossa própria experiência. Esperamos essa contribuição de todos aqueles que, não sendo agora militantes, possam ser simpatizantes ou amigos do PRP-BR. Ou ainda aqueles que estão interessados em discutir um programa revolucionário de e para os trabalhadores.

3.1-Medidas concretas

3.1. - MEDIDAS CONCRETAS

de casas.

A "expropriação dos expropriadores", a orientação e controle do poder popular, dever-se-ão concretizar pela aplicação de diversas medidas simultâneas que a seguir se enunciam, passando-se depois ao seu respectivo desenvolvimento (1)

3.1.1. - Abaixamento das rendas;

3.1.2. - Expropriação de senhorios;

3.1.3. - Proibição das acumulações

3.1.4. - Nacionalização dos solos;

3.1.5. - Nacionalização das empresas de construção civil;

3.1.6. - Casas gratuitas;

3.1.7. - Criação de conselhos de revolução urbana

3.1.8. - Departamentos de revolução urbana

3.1.1 - ABAIXAMENTO DAS RENDAS

Proceder ao imediato abaixamento das rendas de casa, aplicando-se a seguinte tabela:

- redução de 50% para as rendas até 1 500\$00

- redução de 30% para as rendas acima de 2 500\$00

3.1.2 - EXPROPRIAÇÃO DE SENHORIOS

Esta medida determinará principalmente os seguintes efeitos:

a) A propriação por parte do Estado de excessos de dinheiro que entravam nos bolsos dos senhorios e de os investir na criação de novas habitações para os trabalhadores.

b) Introduzir uma ruptura na parasitagem dos que vivem com abundância de rendimentos provenientes do aluguer das casas e recuperá-los no circuito da produção directa.

Todos os senhorios que recebem pelo conjunto das rendas, somas acima de 8.000\$00 (de acordo com as tabelas de redução de rendas) perdem-nas a favor do Estado.

As rendas que não atinjam tal cifra serão entregues ao proprietário até a determinada data a fixar de acordo com o princípio - aquisição da casa pelo inquilino - para o que se terá em conta:

- A data da construção do prédio.

- as rendas já auferidas pelo proprietário desde o início do ar-

rendamento do prédio até ao momento presente.

- as contribuições pagas pelo proprietário.

No caso de se considerar que o rendimento já auferido pelo proprietário é suficiente em função do custo dispendido com a construção e conservação, o proprietário cessa de receber quaisquer rendimentos por tal prédio.

Nestas circunstâncias se o inquilino actual já habita na casa à pelo menos 5 anos, fica com o uso fruto da casa se não paga ao Estado a renda actual até prefazer 5 anos.

Há, no entanto que defender proprietários de escassos recursos, nomeadamente pessoas idosas, que procuram garantir pelo rendimento de imóveis a segurança que o sistema capitalista não cumpria. Nesses casos o Estado deverá garantir um rendimento (ou salário) que poderá mesmo ser superior ao que habitualmente o proprietário auferia pelas rendas, até se dispor de uma rede de segurança social completa.

3.1.3 - PROIBIÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CASAS

Não é permitido ter-se mais de uma casa para habitação. As casas de fim-de-semana, férias ou temporadas serão retiradas aos seus proprietários. A utilização destas deverá submeter-se às duas orientações seguintes:

- Se as casas estiverem situadas em zonas de provada carência habitacional, serão imediatamente alugadas (de acordo com as medidas 3.2 e 3.6).

Se as casas estiverem localizadas em zona de veraneio (onde não haja pressão na procura de habitação) deverão ser consideradas património dos trabalhadores que, através dos seus organismos próprios, estabelecerão - quando for caso disso, de acordo com a situa-

ção económico-social do proprietário) contractos com o proprietário da casa no sentido desta ser comprada ou amortizada ou por etapas.

A utilização destas casas recuperadas pelos trabalhadores deverá ser programada ao longo do ano para repouso de trabalhadores e suas famílias, colónias de férias para crianças, locais de convalescenças para doentes, etc. O ex-proprietário (se for de facto trabalhador) pode beneficiar da sua antiga casa, por efeitos do dito

3.1.4 - NACIONALIZAÇÃO DOS SOLOS

3.1.5 - NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Esta é uma medida inserida nas medidas gerais de ordem económica

programa, mas sem qualquer condição de privilégio face aos restantes utilizadores.

Esta medida é extensiva aos inquilinos. Não é permitido ser-se inquilino de mais de uma habitação (por exemplo, pagar renda por uma casa na cidade e outra na praia durante todo o ano). Nestes casos é-se obrigado a ceder uma das casas a favor de outro inquilino, se estiver colocalizada numa zona de carências habitacionais; se a casa pretendida estiver num local de veraneio, passaram os organismos respectivos (constituídos por trabalhadores) que não-de decidir acerca dos contractos a estabelecer com os proprietários como se disse atrás.

ca que a Revolução Socialista imediatamente institui.

3.1.6 - CASAS GRATUITAS

Embora um dos objectivos fundamentais da revolução urbana seja garantir para todas as famílias (ou outro tipo de núcleos que decidam cohabitar) o direito à habitação gratuita, tal não se poderá fazer a curto prazo.

Esta conquista deve ser alcançada em 2 etapas.

1.ª ETAPA

Combinação das seguintes duas modalidades:

a) garantir a amortização da casa que cada família habita com o que paga de renda, segundo a tabela de redução da mesma, tendo em conta:

- a data da construção da casa
- as despesas gastas em contribuições
- as rendas já pagas ao proprietário.

De acordo com estes dados será fixado o prazo, no termo do qual, o inquilino tem direito ao usufruto gratuito da casa.

Mesmo que o proprietário já tenha retirado sa casa o rendimen-

to que compense os custos dispendidos com o prédio, o inquilino que habita a casa há menos de cinco anos, deverá pagar renda ao Estado até prefazer cinco anos.

b) Com os recursos provenientes do conjunto das medidas apontadas, (o Estado empreenderá de forma acelerada a construção de novas habitações que serão cedidas para usufruto permanente do inquilino, aplicando rendas mensais, durante um período a definir (no momento do lançamento

das habitações). As rendas destas habitações não poderão exceder:

-10% do rendimento familiar ou um quinto do rendimento do chefe de família, quando se provar que mais nenhum elemento do agregado familiar recebe qualquer salário.

2.ª ETAPA

Com base nos seus próprios recursos globais, o Estado constituirá habitações que serão imediatamente cedidas para usufruto gratuito de cada família.

(Continua na pág. 10)



ANTE-PROJECTO DO PROGRAMA DO PRP-BR

HABITAÇÃO

3.1.7 — CRIAÇÃO DE CONSELHOS REVOLUCIONÁRIOS DE MORADORES

Em todos os bairros (nos centros urbanos de grande dimensão) e freguesias (nos centros populacionais de menor dimensão) de vem ser criados conselhos de revolução urbana, que hão-de representar uma fase mais avançada das actuais comissões de moradores (e das comissões de melhoramento existentes nas zonas rurais), eleitos pelas assembleias de moradores dos diversos bairros ou freguesias.

como órgãos de poder popular, têm como funções destacadas a orientação e controle do processo conducente ao efectivo cumprimento das medidas definidas; assim como a intervenção na planificação nacional em matéria de habitação e urbanismo.

Para o cumprimento destas funções, apontam-se algumas das acções a empreender pelos conselhos revolucionários de moradores:

Estes conselhos, concebidos

— Dirigir e controlar os "Departamentos de revolução urbana" a funcionar nos órgãos administrativos locais (Câmaras Municipais ou outros);

— reunir os elementos sobre as condições de habitação por parte de famílias do bairro (casas alugadas, casas próprias, sublocação, barracas, etc.);

— identificar os proprietários dos prédios localizados nos bairros;

— identificar os proprietários dos prédios localizados nos bairros;

— denunciar superiormente as fugas ou burlas praticadas perante a lei;

— identificar as famílias que prioritariamente devem ser realojadas nas habitações promovidas pelo Estado (pela precariedade da situação habitacional presente);

— propor a localização futura das famílias em função das zonas de emprego; de acordo com a planificação económica e os projectos concretos das ditas famílias;

— denunciar as carências do bairro relativamente a novas habitações, equipamento colectivo, transportes e qualidade de vida em geral.

3.1.8 — CRIAÇÃO DE DEPARTAMENTOS DA REVOLUÇÃO URBANA

Em todas as unidades administrativas competentes para o efeito (Câmaras Municipais, por ex.), criam-se departamentos da revolução urbana, chefiados por elementos dos conselhos da revolução urbana, a quem competirá cumprir rigorosamente os preceitos legais da revolução urbana, tais como:

— ouvir as declarações dos proprietários dos prédios (número de arrendamentos, quantitativo total das rendas, data da construção dos prédios, etc...);

— ouvir as declarações dos inquilinos sobre as circunstâncias concretas em que ocupam as casas;

— fixar os contratos de arrendamento futuros, com base nas declarações prestadas por proprietários e inquilinos e respectivos documentos exigidos para o efeito; fixar o prazo final de arrendamento para cada caso de acordo com o princípio da autorização da habitação por parte do inquilino;

— Organizar serviços com as seguintes competências:

— receber o arrendamento (amortização) das casas por parte dos inquilinos

— entregar ao respectivo proprietário as quotas provenientes dos inquilinos (desde que a sua soma não ultrapasse os 8000\$00 e até ao momento fixado pelo termo da amortização das casas.

Numa outra ordem de funções será atribuído aos DRU a programação urbana local, em reunião com os Conselhos Revolucionários de Moradores, de acordo com as orientações gerais de um órgão responsável pela planificação nacional da Revolução Urbana.

Os DRU devem ser coordenados por um órgão a nível nacional, ao qual competirá essencialmente distribuir para os diferentes DRU os recursos atribuídos pelo Estado para garantir os meios necessários (financeiros e técnicos) ao avanço da revolução urbana no país.

3.2 — Planificação

Não se esgota a intervenção no sector urbano pela realização de medidas do tipo das aprovadas atrás.

Tal como já foi mencionado quando se abordou a questão urbana na sociedade socialista, há um factor que condicionará fortemente a política neste sector - a necessidade de planificar o parque habitacional e urbano de acordo com as exigências do desenvolvimento económico, orientado para a independência do país face a imperialismos estrangeiros.

A descoberta e o aproveitamento das novas formas de progresso é a tarefa principal do Estado socialista português.

A nova ordem económica há-de dirigir-se para o aproveitamento pleno dos recursos naturais, nomeadamente agrícolas e piscatórios, o seu efeito estender-se-á também ao sector industrial, que será reorganizado de acordo com a localização de determinadas matérias primas. Decorre da nova lógica económica, a profunda remodelação dos espaços habitacionais que terá os seguintes efeitos:

— descompressão dos centros urbanos (principalmente Lisboa)

— aparecimento de novas zonas populacionais

— revitalização de zonas rurais, piscatórias e semi-urbanas a caminho de extintas, nos últimos anos.

Sem se poder avançar concretamente sobre qual será o desenho urbano do país da futura sociedade socialista, convém reter como ideia básica que hão-de ser objectivo de ordem económica a mover a transformação urbana — como aliás, todas as transformações.

Uma segunda ideia básica a ficar é a de que na sociedade socialista se tem de caminhar para a superação das diferenças tradicionais entre o que se costuma chamar a zona rural e a urbana. Há, num novo contexto, que defender o princípio da urbanização para todas as zonas onde vivem pessoas.

Não é só com casas que está conquistado o direito à habitação. Habitar é mais que um tecto-para abrigo Habitar significa vida colectiva organizada de modo a que todos possam intervir nessa mesma vida, sem constrangimentos como:

— a sobrecarga de trabalhos domésticos;

— as longas horas de transporte diárias;

— a preocupação com os filhos que não têm onde ficar, enquanto os pais trabalham ou desenvolvem actividades políticas;

— a existência de espaços sinistramente super ocupados de casas-galinheiros.

— etc.

Resolver cada um dos constrangimentos apontados é uma das tarefas a ter em conta na planificação urbana da sociedade socialista, onde se terá de dar atenção ao intenso desenvolvimento de equipamento colectivo (freiteiro, creches, jardins de infância, abrigos nocturnos para criança, utilização comunitária de electrodomésticos, etc.)

Pensamos que a nível nacional devia ser criado um Instituto (por exemplo, Instituto Nacional da Revolução Urbana) que teria a seu cargo a política de renovação da qualidade de vida que, em estreita articulação com os C.R.U. e D.R.U., executariam programas de empreendimentos urbanos, com o objectivo de criar as condições indispensáveis à organização da vida colectiva (trabalho, participação política, repouso, recreio) sem a qual o projecto socialista não pode triunfar.



Unidade das Forças Revolucionárias

COMÍCIO DA F. U. R.

Realizou-se no Campo Pequeno, um comício da Frente de Unidade Revolucionária. Este foi o primeiro comício em Lisboa, mas outros se realizam pela província como seja o de Portimão. Esta é a face pública da organização da F.U.R., que entretanto cria secretariados em várias regiões.

O factor dominante das intervenções no grande comício do Campo Pequeno foi a luta contra o imperialismo, contra a social-democracia, contra o fascismo, e pondo-se como alternativa única a tomada do poder pela classe operária.

"Mas, para isso, teremos que saber unir, em torno de um Programa de Unidade Revolucionária, todos os verdadeiros revolucionários deste país. Teremos que desencadear todos os esforços no sentido do reforço, generalização e coordenação dos órgãos de Poder

Popular. Teremos que saber unir os militares progressistas e revolucionários aos trabalhadores, avançando sem hesitações na formação de Assembleias Populares. Teremos que criar rapidamente as condições para a formação de um Governo de Unidade, Re-

volucionária, que se mantenha no poder até à criação da Assembleia Popular Nacional. Unir os revolucionários para fazer a revolução eis a tarefa fundamental da actual fase da luta de classes do nosso país".

UNIDADE DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

trabalhadores tendo afirmado que a alternativa que hoje se põe é o fascismo ou o socialismo e "face a isto tem de se consolidar as estruturas do poder popular e ultrapassar os divisionismos.

Os operários, camponeses, moradores têm de organizar a auto-defesa contra os ataques do fascismo e responder à violência reacçãoária com a violência revolucionária".

António Galhordas do MDP/CDE, falou sobre a unidade das forças revolucionárias.

"As forças de direita e social-democratas compreenderam que o Poder Popular lhes tirava espaço de manobra para derrotar a Revolução."

Fernando Marques da LUAR abordou o tema - emancipação dos

EXERCÍCIO DO PODER PELOS TRABALHADORES

O nosso camarada Pedro Goulart falou sobre a Frente de Unidade Revolucionária e do movimento de massas anti-capitalista.

"As classes trabalhadoras deste país têm vivido nos últimos tempos uma terrível situação de angústia, mas que é também de vigilância e de combate. Vêm cada vez com maior clareza que as soluções social-democratas e de conciliação de classes que nos pretendem impor certos laçaios e teóricos do

capital, levar-nos-iam, rapidamente ao fascismo."

Na sua intervenção, apontou ainda os objectivos principais da F.U.R.

"Contrariamente ao que afirmam certos políticos e escribas detractores da nossa Frente, nós não pretendemos substituir-nos à organização autónoma da classe operária e das massas trabalhadoras. Não pretendemos instrumentalizar as massas trabalhadoras, não preten-

demos controlar os seus órgãos de poder. O que pretendemos é, como se diz no nosso Manifesto da F.U.R., contribuir para que os órgãos de Poder Popular cada vez mais se afirmem como fundamentais para a tomada de poder pelos trabalhadores e para o exercício do poder revolucionário do proletariado."

"São ainda objectivos de luta da Frente a dissolução da chamada Assembleia Constituinte, e a constituição de uma Assembleia Popular Nacional, assim como a formação de um Governo de Unidade Revolucionária."

SOLDADOS, SEMPRE SEMPRE AO LADO DO POVO REACCIÓNÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS. JÁ

Pela LCI, entrevi Heitor de Sousa, que falou sobre o aspecto militar, tendo evidenciado que "É necessário dar uma resposta enérgica a cada tentativa de desmantelamento de unidades de esquerda, a cada impedimento de realização de uma ADU, a cada saneamento de um militar revolucionário, a cada guia de

marcha, a cada proibição de participação dos soldados nas manifestações e organizações operárias."

Heitor de Sousa, na sua intervenção fez críticas a Fabião e Sousa e Castro, tendo sido interrompido pela assistência, que vaiu aqueles oficiais.

A LUTA DO POVO ANGOLANO É A NOSSA LUTA

Pela FSP falou Rui Carneiro sobre a questão da independência nacional, tendo também defendido a solidariedade com o povo

angolano e que "a luta do povo angolano será também a nossa luta. A vitória do povo angolano será também a nossa vitória".

DERROTAR A SOCIAL-DEMOCRACIA

Afonso de Barros do MES abordou o tema - mobilizar as massas para derrotar a social-democracia e esmagar o fascismo.

Na sua intervenção fez uma análise de como os fascistas têm avançado, protegidos pela social-democracia.

A estas palavras, a assistência, durante nove minutos, vaiu e gritou palavras de ordem contra Mário Soares, como:

"SOARES PARA O BRASIL"
"MORTE AO SOARES"

"Apertada pelo avanço das massas trabalhadoras clama por socorro ao irmão mais velho. Os seus agentes correm sem descanso pelas capitais dos países imperialistas. Um dos mais activos é, sem dúvida, Mário Soares, cão de guarda fiel ao capitalismo, de cócoras perante os seus patrões, desempenhando a "missão histórica" de carregar às costas Spínola até Lisboa".

Afonso de Barros apontou para o momento actual, como decisivo e que "Não podemos vacilar. Sejamos firmes. A força dos operários, dos camponeses, dos pecadores, dos militares progressistas e revolucionários, de todos os trabalhadores, avança como uma vaga que nada poderá deter. Não pararemos. Saberemos dar a devida resposta às manobras do capitalismo e às veleidades dos fascistas e de todos os reacçãoários.



CINEMA REVOLUCIONÁRIO

FESTIVAL DE CINEMA

A partir do dia 30, realiza-se no Teatro Cornucópia (Rua Ten. Raúl Cascais, 1-A, S. Mamede ao Rato, Lisboa), um Festival de cinema organizado pela Universidade Proletária e da qual constarão os seguintes filmes:

"QUANDO O POVO ACORDA" (CHILE)
"A GUERRA DO POVO", de Robert Kramer
"PARA A NOSSA HISTÓRIA COMUM", de Robert Kramer
"VERÃO 68", de Robert Kramer
"CHINA", de Baudovin
"PARTO", de "Oficina Samba"
"TRÊS MULHERES E O FASCISMO", Cinequipa
"ZE DIOGO", Cinequanon
"OCUPAÇÃO DE TERRAS", Cinequanon

Estarão presentes R. Kramer, realizador revolucionário dos E.U.A. e Baudovin, revolucionário belga.

ENTREVISTA COM IKO CARREIRA

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DEPOIS DA LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL



A situação em Angola é bastante complexa e, para podermos compreender o que se passa, temos que fazer um resumo histórico.

Em Angola, dada a sua posição estratégica, as suas potencialidades e a sua vizinhança, o processo da luta anti-colonial teve características muito especiais, se compararmos com o que sucedeu em Moçambique, São Tomé, Guiné, e até com as antigas colónias inglesas e francesas.

Com efeito, logo no início da luta, o movimento nacionalista encontrava-se dividido, correspondendo a orientações políticas diferentes.

Assim, logo que apareceu o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) como movimento progressista com uma orientação bastante avançada para aquele tempo (1956-57) e em relação às restantes organizações políticas africanas, apresentando um programa socializante, foi criada uma organização paralela, a UPA (União dos Povos de Angola) que, defendendo princípios e objectivos nacionais, defendia também uma orientação política contrária à defendida pelo MPLA.

Já nessa altura o nosso movimento lutava pelos interesses das classes mais exploradas, falando nos trabalhadores, operários e camponeses, e lutava contra o racismo, o tribalismo e o regionalismo; a UPA, por seu lado, actuava numa forma tribal e racial, nun-

ca se tendo referido ao poder dos operários e camponeses, combatendo mesmo a ideia de que um dia se pudesse fazer uma luta de classes dentro do território angolano...

Claro que, a pouco e pouco, as posições foram evoluindo e cada organização foi encontrando o seu campo de acção e de apoio internacional. Assim, sempre existiu não apenas o combate político, mas também a confrontação militar entre a então UPA (actual FNLA) e o MPLA.

Como se sabe, a FNLA encontrou apoio no Zaire (Congo Democrático, naquela altura), agente claro do imperialismo.

Nós, por nosso lado, fomos expulsos do Congo em 1964 e, desde aí, o apoio deste país à FNLA passou a ser claro.

Mais tarde (em 1966), quando abrimos a Frente Leste, uma nova manobra foi realizada com a criação da UNITA, que passou a ter no Leste e Sul do país a mesma função que já tinha a FNLA no Norte — servir de tampão a uma progressão das nossas forças.

Por outro lado, o imperialismo utilizou também outros métodos, tentando dividir o nosso movimento por dentro, servindo-se para isso de supostos "leaders" que, como Chipenda, podiam existir devido à fraqueza orgânica e mesmo política do nosso movimento. Convém, a propósito, recordar que nós somos um movimento de libertação nacional onde ainda estão juntas diversas tendências sem organização partidária.

suas forças para fazer a ocupação militar e ganhar o poder com dois anos de antecedência.

Com efeito, tratava-se de forças que só actuaram depois do 25 de Abril.

Portanto, nós encontrávamo-nos numa situação de inferioridade em relação ao potencial que a FNLA tinha naquela altura e, por outro lado, não tínhamos a capacidade política para impor à parte portuguesa uma solução unicamente MPLA.

Primeiro houve o caso do Spinda com os acordos do Sal, que permitiram que a FNLA entrasse imediatamente em Angola e ocupasse as bases militares do Norte que as Forças Armadas Portuguesas abandonavam, o que permitiu que a FNLA chegasse a Luanda.

Assim, quando os nossos representantes chegaram a Luanda em Novembro de 1974, as ruas de Luanda eram patrulhadas por

"jeeps" da FNLA, lado a lado com "jeeps" da P.M. portuguesa, embora os acordos fossem claros que cada um devia ficar na sua área de guerrilha e aí, com as suas forças militares, fazer actividade política. Mas a verdade é que em Novembro de 74 já a FNLA estava em Luanda, que nunca foi uma área da FNLA.

Existia ainda a questão da UNITA.

Em suma, nós não tivemos a capacidade política de, naquela altura, impor uma solução de discussão.

Entretanto a UNITA aparecia no Centro-sul com um grande dinamismo político e protecção portuguesa (as autoridades portuguesas em Angola foram até às áreas onde se encontrava a UNITA), enquanto que nós continuávamos debaixo da pressão africana e imperialista que exigia que o movimento resolvesse problemas internos.

Por outro lado, transformámos também os sindicatos fantoches que existiam no tempo do colonialismo em sindicatos que representassem a massa trabalhadora.

Em suma, fomos para todo o lado e ganhámos imediatamente a confiança das massas que não eram ainda simpatizantes do nosso movimento.

Paralelamente a todo este trabalho fomos reorganizando as Forças Armadas, organizando as nossas forças de guerrilha já em moldes mais "clássicos" e, simultaneamente, fizemos um grande recrutamento entre os jovens, por tal forma que pudéssemos fazer face à invasão que vinha do norte.

Perante tudo isto, em junho deste ano, a FNLA iniciou uma grande ofensiva, até porque, a pouco e pouco, vinha ocupando os pontos chave do país (barragens, pontes, grandes estradas, grandes casernas deixadas pelos portugueses) razão pela qual em Julho estavam em condições de passar à ofensiva e, inclusive, expulsar o nosso movimento de certas áreas — foi o que eles fizeram no distrito de Uige e do Zaire.

Nós, nessa altura não estávamos devidamente preparados para fazer um combate militar aberto contra a FNLA, fomos obrigados a estabelecer uma nova fronteira de Luanda ao Moxico, porque sabíamos que no fundo, o que se tratava era de uma intervenção do Zaire através da FNLA.

Com a libertação dos distritos de Luanda e de Cuanza Norte fez-se praticamente um cerco à capital, o que impediu que as forças reacionárias que vinham do norte cumprissem os seus planos, que consistiam em a FNLA ocupar Luanda antes de Novembro.

OS COMPROMISSOS DE NAKURU

Foi toda esta situação militar que obrigou a FNLA a ir a Nakuru discutir mais uma plataforma política que lhe permitisse ganhar tempo e sob o ponto de vista legal existir em Luanda.

A verdade é que nós não podíamos fugir à discussão política, até porque o jogo de discussão já tinha começado há muito tempo e estávamos em face de uma potência descolonizante cuja estratégia incluía a participação dos três movimentos para a descolonização.

Em Nakuru houve realmente um certo progresso na discussão dado que não foi condenado o Poder Popular que se votou pela formação do Exército Nacional, dando-se assim um passo para um

OS ACORDOS DE MOMBAÇA E DO ALVOR

Com a nossa ida a Mombaça esta situação foi ultrapassada, embora tenhamos aceitado um compromisso com a FNLA e a UNITA de discussão com os portugueses. No entanto, Mombaça resolveu-nos o problema africano, dado que a nossa direcção passou a ser a única responsável por qualquer discussão.

Quanto ao Alvor, podemos dizer que assinámos uma plataforma administrativa e constitucional que não tem nada de política, de resto, os únicos que queriam discutir a base política do acordo éramos nós. Quer dizer, o acordo permitiu que saísse uma data para a independência (11 de Novembro), que saísse um órgão que iria levar o País até à independência, resolvendo todos os problemas de uma transição da época colonial para a época independente e, inclusive, problemas de base muito importantes a que não foi dada solução; é o caso do problema das Forças Armadas.

Ainda sobre o Alvor, importa salientar que não forem criados órgãos nacionais susceptíveis de criarem instituições nacionais, as quais nunca poderiam sair de uma hipotética Assembleia Constituinte.

Parece-me de resto, que não há mais nenhum exemplo de des-

colonização como o angolano. Talvez o de Timor que, no fundo, deu no mesmo que Angola...

Desde sempre que nós, nos encontramos com as autoridades portuguesas, fizemos ver que seria bastante difícil solucionar o problema da descolonização de Angola da forma como se estava a tentar realizar — é muito difícil pôr de acordo organizações como as nossas, até porque sempre denunciámos o carácter estranho ao País da FNLA.

Por tudo isto, as confrontações tinham de suceder, até porque a FNLA, que apresenta um Exército constituído sobretudo por filhos de emigrantes que se encontravam no Zaire há muito tempo, por quadros zairenses, utilizou métodos de ocupação características de uma força estrangeira, tendo ainda reprimido e intimidado a população através da destruição da iniciativa popular e do combate a tudo o que fosse revolucionário e progressista.

As confrontações eram, portanto, inevitáveis, e eu pergunto a mim mesmo como é que a parte portuguesa, que devia ter uma longa experiência em lidar com os povos das colónias, pôde alguma vez pensar que o processo de descolonização fosse pacífico...

ACÇÃO POLÍTICO-MILITAR DO MPLA

O que é certo é que, face a toda esta prática de imitação e repressão, nós fomos-nos armando e organizando, mas a verdade é que baseámos o nosso trabalho

fundamentalmente no trabalho político, isto é, na organização das massas comités de acção, comités de auto-defesa (milícia) e incremento do Poder Popular.

LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Deste modo, chegámos ao 25 de Abril numa situação bastante complexa, dado que o nosso movimento tinha suportado o maior peso da luta de libertação nacional, encontrava-se enfraquecido sob o ponto de vista militar, e com uma frente de combate dispersa que tinha acabado de sofrer grandes

ofensivas militares. A FNLA, por seu lado, estava já há dois anos a preparar um exército de fronteira com cerca de 15.000 homens. Assim, através da análise da situação em Portugal, e porque sabia que a queda do regime de Castano se ia realizar em 1974, a FNLA foi preparando as

ENTREVISTA COM IKO CARREIRA

organismo de carácter nacional.

Além disto, conseguiu-se ainda um certo controlo sobre o governo que até então, era compostopor ministros que eram da responsabilidade dos seus movimentos. Daí

que existissem acções de corrupção como a do ministro da Saúde, Samuel Abrigada, que não foram condenadas por ninguém e outras de sabotagem como foi o caso da venda de gado reprodutor ao Zaire pelo Ministério da Agricultura.

RESISTÊNCIA POPULAR GENERALIZADA

No entanto, esse acordo (o de Nakuru) não durou nem sequer uma semana, dado que uma semana depois as confrontações começaram em Luanda pela iniciativa da FNLA, o que desencadeou a célebre batalha de Luanda que consistiu numa consagração do trabalho político que havíamos realizado nessa cidade.

Com efeito, quem ganhou a batalha não foram essencialmente as forças militares do nosso movimento, mas sim o povo organizado em grupos de auto-defesa que, é, claro, apoiavam as unidades militares. Diga-se de passagem, que as unidades militares eram muito poucas...

Assim, em pouco tempo a FNLA viu-se obrigada a se render, sendo evacuada para o Norte.

A nossa guerra é uma guerra muito especial para destruição da força inimiga porque, quando há um derrotado, aparece o Exército Português, com a sua política de "neutralidade activa" e protege os derrotados, levando-os para as suas áreas de implantação.

Portanto, há muito poucas mortes. Quem morreu em Luanda foi sobretudo o povo da cidade, com os tiros de morteiro que eles lançaram sobre os bairros.

Assim, após a perca de Luanda, eles acantonaram-se no Norte,

tendo então declarado uma guerra total generalizada contra o nosso movimento, até ao último dos seus militantes!

Claro que nós tivemos, forçosamente, que declarar a Resistência generalizada, o que levou a que todas as unidades da FNLA, em todo o território, entrassem em confronto conosco, o que nos possibilitou expulsá-los de quase todos os distritos do País — só não conseguimos expulsá-los do distrito de Huila porque, quando eles já estavam derrotados apareceu a UNITA para fazer frente com eles.

A partir daqui, tudo o que se passou entre nós e a FNLA é o resultado dessa declaração de guerra.

Convém no entanto, salientar que a coluna invasora organizada pela FNLA utilizou, pela primeira vez em Angola, blindados (auto-metralhadoras e canhões motorizados de fabrico francês) o que nos criou graves problemas no Caxito, problemas esses que ainda existem — trata-se de um novo tipo de combate que não estávamos habituados a realizar, um tipo de força que também não estávamos habituados a combater frente a frente; em suma, um combate em que o potencial de armamento é essencial

O DEMISSIONISMO REACCIONÁRIO DOS GOVERNANTES PORTUGUESES

A característica principal das forças produtivas é a indecisão e a falta de uma estratégia de descolonização.

Não há, de facto, uma estratégia de descolonização, nem há uma decisão da parte daqueles que têm o poder português, o que talvez seja reflexo da própria situação interna em Portugal.

Por exemplo, após o estabelecimento da plataforma inicial de discussão com os três movimentos, a parte portuguesa agarrou-se a esse documento embora, na prática essa plataforma de acordo fosse sendo denunciada por uns e por outros e, inclusive, pelos próprios portugueses — hoje já não existe Governo de Transição, já se mudou o Alto-Comissário sem consentimento dos movimentos, já não se faz a defesa das fronteiras (que era um dos deveres dos portugueses), em suma, há uma política de completa demissão da parte portuguesa no processo de descolonização.

Evidentemente que fazer a política de descolonização em termos progressistas, o que deveria ser o dever dos revolucionários portugueses, é algo que nunca poderia ser realizado com o tipo de autoridade que ficou em Angola — um Exército colonialista que não sofreu qualquer tipo de trabalho político, que não foi mentalizado para mudar a sua estrutura mental, com os mesmos chefes (só ultimamente é que alguns foram substituídos).

O processo era, à partida, bastante complexo, tendo vindo depois a assumir um carácter "móvel", pelo que era preciso que a parte portuguesa se fosse adaptando a essas modificações, criando, a pouco e pouco, condições para que o processo se realizasse por tal forma que respeitasse os interesses dos angolanos.

"PORTUGAL NÃO SABE COMO ACTUAR NA INDEPENDÊNCIA

E é assim que chegamos hoje a um problema concreto — a passagem de poderes — que nem sequer a parte portuguesa sabe como há-de fazer, — porque não acompanhou o processo.

Em qualquer país do mundo o poder deve ser um resultante da relação de forças político-militar existente, pelo que o que há a fazer é acompanhar o processo.



Porque é que aqui em Portugal, se declararam, em determinada altura, as organizações de direita como fora do processo revolucionário? Por alguma razão foi.

Nos em Angola, embora em circunstâncias muito especiais, tivemos a coragem de pôr a FNLA fora do processo.

Em suma, Portugal não pode continuar a pensar que os três movimentos de libertação devem forçosamente dividir entre si o poder.

Porque é que não se divide em Portugal e nos outros países do mundo, e ali se há-de dividir? Porquê?

Porque é que em Portugal e nos outros países do mundo, e ali se há-de dividir? Porquê?

Claro que há forças reaccionárias

armadas com preponderância aqui e ali, mas isso são problemas inerentes a países novos em construção. Nós vamos ter o problema durante muitos anos — rebeliões à direita, à esquerda, etc.

Eu penso que Portugal vai ser incapaz de dar solução válida ao problema da transferência de poderes aquando da independência de Angola em 11 de Novembro, e não sei se este Governo o poderá fazer.

Certamente que vão tentar internacionalizar o problema, o que é bastante grave.

Portanto, se ate ao 11 de Novembro encontrarmos todos um processo jurídico que corresponda à preocupação internacional para a passagem do poder, muito bem, se não nós vamos tomar o poder.

NÃO ACREDITAMOS EM QUALQUER RECESSÃO

Nós não acreditamos que haja qualquer declaração de secessão — o que pode haver, como há, é uma declaração de guerra.

Mas secessão em uma ou duas províncias para formarem um Estado, não é possível.

Primeiro porque a África não vai reconhecer um precedente desses que é muito perigoso para toda a África, até porque já temos

exemplos muito mais graves que o nosso — Catanga, Biafra.

Segundo, nós temos capacidade, em termos de luta armada, para resolver esse problema dentro de pouco tempo.

O nosso grande problema hoje é não sermos um Estado, pelo que estamos ainda a funcionar com os limites de um movimento de libertação.

NÃO SE FEZ NEM FAZ UM TRABALHO SÉRIO COM OS RETORNADOS

Se o problema da descolonização tivesse sido estudado com muito cuidado o problema dos retornados seria diferente, dado que Portugal estaria já preparado para o enfrentar.

Não há nenhum exemplo de descolonização em que uma parte importante daqueles que foram os agentes do colonialismo não abandonem o território — é o caso do Congo, da Argélia e mesmo de diversos países da África Oriental em que nem sequer houve um processo violento...

A verdade é que esta população precisa de estabilidade, de segurança e, caso não haja um trabalho de mentalização, precisa também de guardar os seus interesses, isto é, continuar a manter os seus privilégios.

Por tudo isto, é absolutamente natural que estas populações fujam, o que não aconteceria em tão grande número se os elementos políticos e militares de Angola tivessem sido bem estudados.

Devia lê-los disso, não percebo como é que se está a proceder com os retornados.

de haver aqui um organismo comum entre portugueses e angolanos para catalogar toda essa gente. Porque muita desta gente amanhã vai querer voltar, e vai voltar em que condições? Nem sequer há um ficheiro.

Não há portanto, um trabalho sério de controlo de toda esta população.

É verdade que se isto é um problema interno português, também é um problema nosso.

Nós não temos Governo, nem temos ainda Estado. Mas podíamos chegar a um acordo de forma a que conjuntamente tratássemos deste problema, e isto porque o problema fundamental não é, como o faz a parte portuguesa, exigir de Angola o financiamento das passagens. O problema fundamental é acompanhar esta gente, mentalizá-la e dar-lhe outras perspectivas.

A POSIÇÃO POLÍTICA DA UNITA

A UNITA é uma organização que tem procurado assumir um papel de medianeira e de neutralidade, o que é uma posição cómoda e politicamente inteligente, pois deixa existirem dois polos antagónicos, pondo-se a UNITA no meio e fazendo o seu jogo de tal modo que seja essencial ao processo de independência e que seja o único movimento que consegue pôr os outros dois de acordo, o que lhe deveria granjear apoio das massas e do descolonizador e internacional.

No entanto, este papel deixou de existir a partir do momento em que nós expulsámos a FNLA, deixando assim de haver a força de direita.

Assim, o que a UNITA fez foi abandonar as áreas donde ex-

pulsámos a FNLA, concentrando-se nas áreas onde tem um apoio tribal e não político.

Nós não organizámos até aqui nenhuma ofensiva militar contra a UNITA porque temos pensado que seria possível resolver o problema politicamente, pela discussão.

Claro que não poderemos viver assim eternamente e haveremos de assumir um limite qualquer que nos obrigue a alterar a estratégia.

A relação de forças é-nos favorável, nós praticamente que controlamos 12 províncias, havendo duas (Uige e Zaire) que estão sob o controlo da FNLA, uma sob o controlo da UNITA, com existência da FNLA, que é o Bié, estando Huambo também em parte sob o controlo da UNITA.

COMUNICADO E DUAS MOÇÕES

DOS TRABALHADORES DA MIRANDELA & C.^a

Foi no último número do semanário TEMPO, publicado um artigo sobre o possível boicote dos trabalhadores desta empresa aos jornais "Expresso" e "Jornal Novo", referindo o articulista que já teriam os seus delegados sindicais sido instruídos neste sentido, pelo sindicato.

Embora as linhas políticas destes dois jornais não sejam propriamente da simpatia da maioria dos trabalhadores que os executam, não foi até agora notada qualquer tentativa no sentido de se proceder a um boicote a essas publicações.

Considera por isso o Plenário de Trabalhadores da tipografia Mirandela & C.^a, que a manobra do semanário TEMPO é contra-revolucionária, provocadora e divisionista dos trabalhadores e mais não visa do que uma escalada contra-revolucionária na tentativa de destruir a unidade que os trabalhadores conseguiram implantar.

O TEMPO mente descarada-

mente ao afirmar que os delegados sindicais foram instruídos no sentido de boicotarem as referidas publicações, os delegados sindicais desta empresa não foram sequer convidados para assistir a nenhuma reunião do seu sindicato, relativamente ao assunto em questão.

O Plenário de Trabalhadores da tipografia Mirandela & C.^a, exige do TEMPO provas de ter na realidade falado com trabalhadores desta empresa que lhe teriam afirmado resistir a qualquer tentativa de boicote.

Os trabalhadores estão conscientes daquilo que lhes interessa e não deixarão de agir logo que lhes pareça oportuno em relação aos trabalhos por eles executados.

Não será o TEMPO, ou qualquer outra publicação reaccionária e provocadora que farão com que os trabalhadores desta ou de qualquer empresa do país percam o

seu espírito revolucionário, mesmo que os jornais amantes da "liberdade" continuem a entrevistar elementos do ELP ou do MDLP (provavelmente que para o fazer nem necessitaram de sair da própria

Redacção), a todas as escaladas reaccionárias responderão os operários e camponeses deste país com a justa violência revolucionária, os trabalhadores repudiarão todas as manobras destes senhores que vestindo as roupagens da liberdade, procuram fazer andar para trás a roda da História no sentido de continuarem a explorar desenfreadamente como até aqui.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

O Plenário de Trabalhadores de Mirandela & C.^a

(Este comunicado foi discutido e aceite pelo Plenário por voto secreto e por maioria).

MOÇÃO

Os trabalhadores de Mirandela & C.^a, reunidos em Plenário em 23/9/75, manifestam aos Deficientes das Forças Armadas em luta pelo reconhecimento dos seus direitos, o seu incondicional apoio e solidariedade e exigem que as entidades competentes não atrasem por mais tempo a satisfação das suas necessidades.

Unidos venceremos!

Plenário de 23/9/75

MOÇÃO

1. Considerando que o "República" é um órgão que se tem feito eco das lutas dos trabalhadores e tem tomado justas posições em sua defesa.

2. Considerando que o "Repúbli-

ca" tem conseguido sobrepor-se à manipulação partidária e colocado os interesses dos trabalhadores em 1.º lugar.

3. Considerando que o dito Conselho da Revolução persiste em negar o aval bancário necessário para cobrir dívidas que a anterior administração deixou, e para preparar o jornal com vista a uma mais eficaz defesa das lutas dos trabalhadores.

O Plenário dos Trabalhadores de Mirandela & C.^a repudia a decisão do dito Conselho da Revolução, exige a sua anulação e manifesta a sua solidariedade com os trabalhadores do "República", na luta que é a de todos os explorados, por uma informação livre ao serviço da classe operária.

— Solidariedade com os trabalhadores do "República"!
— Viva a classe operária!

Plenário em 23/9/75

Fascismo ou revolução

Continuação de pag. 5

de que esse consumo não corresponde a uma capacidade produtiva real. (a maior parte é importado). Na medida em que existe em Portugal um desfasamento entre forças produtivas e relações de produção. A solução económica em Portugal está à vista: a necessidade de disciplinar repressivamente as forças produtivas (a força de trabalho igual produtor é também força produtiva) ou a necessidade de organizar e planificar o desenvolvimento das forças produtivas de um modo racional e consentido pelas massas. Apesar de todos os sacrifícios que tal vai implicar a um nível de consumo. A solução política correspondendo à solução económica está à vista: ou a reinstauração de um regime dereitista usando métodos de repressão fascista que vai impôr a miséria de muitos para que caiba o privilégio de uns poucos ou uma organização dos produtores que apesar de em situação de grande carência e sacrifício realizará uma redistribuição nacional dos bens produzidos. Soares que deve ter conselheiros económicos fala-nos de "socialismo de miséria". Mas a alternativa que escolhe é a repressão que permitirá um capitalismo de "miséria" para a maior parte e um "socialismo" de riqueza para uns poucos. "El gordito" não é bem de cevada que se alimenta. O PS pega nos 700 milhões de dólares a serem fornecidos e reembolsados em três anos pelo Mercado Comum, ainda que vão dizendo que a social-democracia não é pos-

sível em Portugal. Este partido de criminosos conscientes pretende passar por bando de pantomineiros. Portugal importa, fora o petróleo, 1 bilião de dólares por ano e agora querem resolver em Portugal o problema do consumo e investimento para desenvolvimento das forças produtivas com 700 milhões em 3 anos. Em período de crise económica internacional que atravessamos com as consequentes diminuições dos investimentos em países capitalistas avançados é evidente que há capitais estagna-

dos a nível internacional que estão doidos por investir desde que as polícias locais lhes assegurem a liquidez. É até possível que Soares consiga mais do que 700 milhões. Mas é evidente que a curto prazo não há possibilidade de transformação palpável no domínio das forças produtivas. Não é em 6 meses que se constrói uma fábrica. E durante este período de latência a classe operária vai ser ferocemente reprimida e um aumento de produtividade brutal vai-lhe ser exigida pela força. A pequena-burguesia que em Portugal, fruto das condições históricas, era e é a única classe-burguesa vasta e organizada (vide norte onde funcionam no enquadramento dos descontantes) terá que igualmente sofrer as necessidades de acumulação do Capital. O PS, tarde ou cedo, vai ter de colaborar na repressão. Vide o medo que o P.S. tem das chamadas milícias civis armadas. Não é por acaso que tem tais preocupações pois se o P.S. estivesse certo que ia

lançar o país no esplendoroso socialismo de riqueza estaria também certo da sua capacidade de desmobilizar a classe operária deste país e de isolar as suas vanguardas armadas.

Uma vez que a possibilidade ditatorial de um regime partidário de esquerda não existe em Portugal neste momento (o PS e o PC mais tarde ou mais cedo ver-se-ão obrigados ao nível da cúpula a separarem-se do regime repressivo se ele vier a poder existir em Portugal. Não só por pressão das suas bases que entrarão em choque físico com as possíveis forças repressivas a criar pelo regime, mas também como necessidade de sobreviverem até fisicamente.), a única alternativa ao poder central de direita que se pretende instaurar em Portugal é, face à luta de classes interna que se vai processar, começar a corporizar-se a ideia da organização autónoma da classe operária.

A solução histórica das contradições entre capital e trabalho (em Portugal como em todos os países a tendência é a mesma queiram ou não os partidos da "classe operária"), tem de passar pela organização apartidária de produtores (a possibilidade de um regime disciplinário stalinista das forças produtivas não existe em Portugal por condicionamentos locais e internacionais).

Será em momento agudo da luta de classes que os operários e demais produtores se porão em movimento, se organizarão e

anunciarão os seus objectivos de classe. Será em movimento que os operários se organizarão como classe assumindo os seus objectivos próprios: a erradicação da burguesia como classe dominante. "A classe operária ou é revolucionária ou não é, nada". E a revolução social é movimento, movimento é emancipação da classe operária, e simultaneamente organização irrecuperável por organismos partidários. A maior parte dos partidos continuam à boa maneira dos burgueses a defender uma idiotia congénita na classe operária. Recusam-se a reconhecer que em todos os períodos agudos de luta de classes em que o duplo poder aparece ao nível da fábrica. Os operários e demais produtores tiveram sempre a capacidade de descobrir (através do gesto simples que é o controlo directo das forças produtivas) que para sobreviverem têm que substituir os padrões com estruturas autónomas de poder.

Os operários portugueses já verificaram que quando se movem nunca prática radical não há partido nenhum que consiga agarrar. Em período de atenuação de luta aí temos os srs. partidos a assumirem os seus papéis de Deus-Todo-Poderoso como "Orientadores e Educadores" (!) da classe operária. A mais-valia é algo que a classe operária e demais produtores sentem na pele. O controlo operário da produção é o primeiro passo na sua destruição. O controlo directo das forças produtivas não tem nada a fazer com burocracias e para

funcionar não tem necessidade alguma da organização de partido. Para muitos senhores dá a impressão que a luta de classes não teria existido. Um partido que pretenda corresponder às necessidades da organização revolucionária em período capitalista actual e tendo em conta os aspectos internacionais na situação em Portugal não pode deixar de reconhecer-se a si próprio senão como projecto tático portanto político (de análise e resposta política dentro de uma perspectiva de classe) e como tal com possibilidade de errar, enquanto que o "seu" projecto estratégico será bem claro: a tomada do poder pela classe operária e demais produtores organizados em seus órgãos autónomos. Até hoje a história nos tem mostrado que em todos os países do mundo o poder político tem sido tomado por partidos (em lutas por vezes sangrentas em que a classe operária se sacrificou desesperadamente por uma alteração radical). A luta destes partidos pelo poder tem sido sempre movida pelo pacto último de controlarem as forças produtivas.

E a alteração radical pela qual a classe operária se sacrificou nunca foi e nunca pode ser realizada. Em sistema capitalista os partidos no poder serviram os interesses do capital nos países de Leste os partidos no poder assumiram (por razões internacionais e locais de baixo desenvolvimento das forças produtivas) poderes ditatoriais e expressivos no sentido de se disciplinarem as forças produtivas.

SALVEMOS A VIDA DOS REVOLUCIONÁRIOS ESPANHÓIS

"JOSE ANTÓNIO GARMENDIA ARTOLA, nasceu a 10 de Setembro de 1951 em Altum — etxe de Albacisuqeta, estudou até aos 15 anos na escola da terra, e em seguida na escola profissional de Goyeri até que atingiu o posto de 3.º oficial de Fundação. Aos 18 anos começou a trabalhar numa oficina com 60 operários: Fundação Guipuzkoana de Tolosa.

Tinha muito prestígio entre a gente pelo seu companheirismo, andava sempre sério, não se sabia quando estava para lançar uma piada, mas quando começava era contagiante.

Começou a sua vida de luta por ocasião do processo de Burgos. Sala da fábrica para formar piquetes e nas manifestações andava sempre na primeira fila. Era de génio combativo e duro. Então viu que tinha que lutar com força contra a exploração e contra o fascismo.

No ano seguinte, no aniversário do processo de Burgos, levou tanta pancada dos guardas civis, que lhe deixaram os rins como um piano. Dizia que não havia mais nenhum guarda civil ou polícia que o apanhasse na rua. Em Março de 1973 teve de fugir de casa porque começou a ser perseguido pela polícia. Desde esse dia não mais voltou a casa. Teve de viver na clandestinidade até que o detive-

ram em 23 de Agosto de 1974, deixando-o neste estado com um tiro na cabeça; tiraram o seu corpo da residência de N.º Sr.º de Aranzazu e tiveram-no um mês. Quando viram que recuperava cada vez mais e que começava a voltar a si, levaram-no para o hospital da penitenciária de Carabachel.

Tiveram-no 3 meses incomunicável. Agora lembra-se de poucas coisas desses três meses. Só que esteve num quarto, enterrado, sem saber nem dia nem hora; desde então recuperou bastante embora o seu estado físico e mental não seja normal. Agora o procurador pede apenas morte para ele.

Os seus familiares estão num momento difícil, temos esperanças que se salvará a vida de José António e Angel, uma vez que era trabalhador e sempre disposto a ajudar, uma vez que lutou fortemente contra o fascismo, contra a opressão nacional para conseguir a liberdade do povo. Um vez que arriscou a vida pelo povo. Pedimos a todo o povo espanhol para que não o deixemos assassinar como SALVADOR PUIG. Se ele fez pelo povo, façamos agora por o salvar a ele. Todos unidos pela luta e pela vida de TUPA e do seu companheiro ANGEL OTAEGUI.

UM POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO.
ANGEL OTAEGUI ETVERRIA, nasceu em Nuarte (Azpeitia) em Azpeitia.

Janeiro de 1942, de família trabalhadora que na guerra de 1936, como outras famílias bascas, sofreu muito, e que durante muito tempo teve de andar continuamente a mudar de casa.

ANGEL passou a infância em Nuarte. Terminou a escola aos 14 anos. Os últimos anos em que estudou passou-os no Instituto de

Então teve de começar a trabalhar. Começou como metalúrgico e esteve uns anos a trabalhar nesta profissão, perto do mar. Começou então como pescador a trabalhar como tal durante 4 anos. Depois voltou a trabalhar dois meses como metalúrgico.

A 8 de Novembro de 1974 foi detido e levado para S. Sebastian. Em Maio de 1975 mudaram-no para

Burgos. Não sabemos ainda em que dia o vão julgar apesar de pensarmos que deve estar próximo. O procurador pede a pena de morte para ele. Para lhes salvar a vida, pedimos solidariedade. Também creio que no julgamento o povo estará à cabeça, já que ANGEL é um filho do povo, comprometido. Uma vez mais peço solidariedade.

MARIA OTAEGUI EXTEVARRIA



MANIFESTAÇÃO EM LONDRES DE APOIO

À LUTA DA CLASSE TRABALHADORA PORTUGUESA

A campanha de solidariedade com o processo revolucionário português foi organizada pela "Portuguese Workers Coordinating Committee" (Comissão Coordenadora dos Trabalhadores portugueses) e apoiada por 14 organizações britânicas de esquerda inclusivé o PCB.

A campanha tem sido feita à volta dos seguintes slogans:

- Solidariedade com a classe trabalhadora portuguesa
- Fora com o boicote económico
- Grande capital, NATO, CIA, fora de Portugal
- Apoio ao MPLA.
- Portugal não será um novo Chile.

A grande manifestação de mais de 10 mil pessoas teve a participação de muitas organizações operárias britânicas.

No comício final falaram:

Jack Collins dirigente sindical dos mineiros;

Judith Hart - deputada do partido trabalhista (no Governo agora) - que não concorda com a política do partido trabalhista em relação ao apoio ao PS



João Filipe do MPLA

- João Alferes Gonçalves- delegado da Comissão Coordenadora do Rádio Renascença

- Alvaro Miranda do PWCC



Revolução

Composição e impressão: MIRANDELA B. C.* - Trav. Condessa do Rio, 7-9 BP Distribuição: DIG - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

CARLOS CARVALHEIRO
Rua do Norte, 35-R/chão
BOIMBRA

O PRP-BR E O ARMAMENTO DOS TRABALHADORES

Perante os comentários caluniosos postos a circular quanto à relação entre os desaparecimentos de armas e o PRP, comentários estes profundamente relacionados com a viragem à direita do poder político-militar, tem este partido a dizer que:

1. - *Salda com admiração o gesto revolucionário do Capitão Fernandes, responsável pelo desvio de armas de Beirolos, o qual foi capaz de escolher pela revolução num momento decisivo da luta de classes em Portugal, abnegando dos privilégios, da carreira e da família, para garantir a sua quota parte no armamento dos trabalhadores portugueses. Despiu a farda de oficial de carreira, neste momento em que as estruturas hierárquicas militares se transformam cada vez mais em estruturas de defesa da burguesia, para vestir a farda de revolucionário, iniciando um outro tipo de luta.*

2. - *Denuncia as atoardas postas a circular nos jornais diários "Luta", "Luta Popular" e "Jornal de Notícias", as quais, servindo interesses policiais, tentam fazer recair sobre este partido todas as atenções da direita organizada e da repressão, que se tenta organizar. O P.S. que num seu comunicado denuncia o PRP-BR, chegando à desvergonha de envolver no mesmo comentário o caso da bomba destinada ao Primeiro Ministro (isto antes da reivindicação do ELP, o que só pode significar a cobertura deste pelo P.S., partido que nunca denuncia as suas actividades), o PS que nos jornais que controla faz de bufo das presumíveis actividades do PRP/BR, melhor faria que se calasse, porque há-de ver desmascaradas as suas actividades contra-revolucionárias, a sua participação nas actividades spinolistas, os seus contactos mais que suspeitos, comportamento obscuro (ou muito claro) de alguns dos seus dirigentes, as características geográficas dos seus bandos de gorilas. Isto para só citar a actividade clandestina do PS e para já não falar detalhadamente na sua política à luz do dia, que é neste momento a fachada por detrás da qual se esconde a direita, desde a mais hipócrita "democracia" à mais tenebrosa. A social-democracia é neste país a máscara do fascismo e o PS assume para a posteridade o papel histórico dos sociais-traidores.*

O PRP-BR que combateu de armas na mão durante o fascismo e que nunca se deixou desarmar nem por Caetano, nem por Spínola, não treme diante da violência velada e fúlcida do PS e está disposto a responder taco a taco, de acordo com as necessidades de cada momento.

Quanto ao MRPP, assumindo-se como bufo das actividades revolucionárias da esquerda, mais não faz do que demonstrar o seu papel de aliado da direita, tornando-se cada vez mais fácil de compreender o seu comportamento e as suas largas disponibilidades financeiras.

Uns e outros vêm frustradas as suas intenções diante das declarações do Capitão Fernandes, exemplo de revolucionário que fará calar os contra-revolucionários. Porém estes nunca se sentirão seguros, sabendo as armas nas mãos de operários e camponeses, o que obriga os detentores das armas e os revolucionários em geral a uma forte vigilância.

3. Estas manobras reaccionárias de denunciantes e quejandos, que assim se preocupam com a esquerda revolucionária, são um dos aspectos da viragem à direita do poder político-militar, que permite que a social-democracia e a direita em geral se sintam à vontade. Os saneamentos à esquerda nos quartéis e a já revogada lei de Imprensa, as ameaças que pairam sobre o "Rádio Renascença" e o "República", as intenções declaradas de proibir o armamento dos trabalhadores, são os sinais de repressão que este novo governo se vê obrigado a fazer. Na verdade, com a situação económica portuguesa, a social-democracia não tem qualquer possibilidade de sobrevivência, dando de certo a curto prazo, governos sucessivamente mais à direita e acabando no mais feroz fascismo, único regime capaz de conter pelo esmagamento as massas populares.

Já tremem os senhores sociais-democratas diante da organização popular que os denuncia diante dos Deficientes das Forças Armadas que resistem revolucionariamente, e diante da rebelião

NA EUROPA E E.U.A. MANIFESTAÇÕES DE APOIO À LUTA DO POVO PORTUGUES

Por toda a Europa capitalista os revolucionários organizam uma semana de solidariedade com os trabalhadores portugueses, falando contra o boicote económico e para que Portugal não seja um outro Chile.

Em INGLATERRA na semana de 13 a 20 de Setembro, os revolucionários organizaram comícios e manifestações de solidariedade, que culminaram com uma grande manifestação em Londres, no dia 20, com participação de trabalhadores portugueses. A esta realização unânime seguem-se realizações de IS (Internacional Socialista) com manifestação e debate no dia 28, onde estará presente um camarada do PRP-BR.

Na BÉLGICA a Associação de Amizade Bélgica-Portugal realiza comícios e outras manifestações de 22 a 28 de Setembro com a presença de delegados de organizações de base portuguesas.

Também na Bélgica a revista Helbo-75 realiza nas várias cidades belgas semanas de solidariedade com Portugal de 4 a 10 de Outubro. Estará presente um camarada do PRP-BR.

No dia 30 realiza-se no grande salão da Mutualité em Paris um comício organizado pela esquerda revolucionária de França, com a presença de militantes revolucionários e de militantes revolucionários portugueses.

Na DINAMARCA a Forbundet Communist realiza de 5 a 12 de Outubro, uma semana de solidariedade com Portugal onde estará presente um camarada do PRP-BR.

Idêntica realização é levada a cabo pela Forbundet Communist na Suécia.

Revolucionários da ALEMANHA FEDERAL realizaram uma semana de solidariedade de 22 a 28 de Setembro, com a presença dum representante de FUR.

Um movimento de solidariedade é igualmente organizado pelos Marinheiros, Lotta Continua e Avanguardia Operaria em relação à ITALIA.

Na E.U.A um movimento de solidariedade organizado pelo I.S. Americana tem sido levado a cabo em várias cidades daquele país, com a presença dum militar português.

A LUTA DOS DEFICIENTES

Um dos aspectos mais notavelmente revolucionários deste país é a luta dos Deficientes das Forças Armadas.

Em vez de se mostrarem vítimas sacrificadas do "inimigo" que lhes impuseram anos a fio, os Deficientes compreenderam o processo, perceberam que aqueles que com minas, balas, explosões, lhes tiraram a carne, o fizeram porque lutavam pela sua independência

numa guerra revolucionária. De tal modo que quem lhes roubou a carne não foram esses que emprenderam as armas, mas tinham os senhores de Lisboa, que comanda-

vam de longe este exército ao seu serviço para defenderem uma fonte inesgotável de lucros. Compreendendo isto os Deficientes tornaram-se amigos do "inimigo". Em que país é em que guerra é que isto se viu, exactamente com esta

Mas para além desta vitória sobre o "destino" que lhes traçaram os colonialistas, os Deficientes vencem também, no dia a dia, as suas próprias correntes, que os amarram às limitações do corpo. Vencendo assim as suas próprias correntes, estes homens provam a capacidade que cada um tem de, pela inteligência, transformar-se a si próprio e ao mundo. E isto diz respeito ao que pode haver de mais revolucionário no homem.

Os Deficientes são diante de todos nós a imagem da revolução feita à custa de contradições, de sacrifícios e de grandes combates.

Tomando através de força a ADFA ocupou a Ponte sobre o Tejo, ocupou a portagem da auto-estrada em Sacavém a E.N., impondo ao Presidente da República a aprovação de um decreto, que significa a justiça para estes homens. A luta dos Deficientes é parte integrante da Revolução.

nos quartéis e dessa organização revolucionária dos soldados representadas pelos S.U.V.

Perante esta viragem à direita do poder político-militar põem-se de lado para os revolucionários quaisquer possibilidades de transformação dentro das actuais estruturas. A única solução para a tomada do poder pelos trabalhadores será o armamento da classe operária e dos camponeses, o que neste momento deve ser a tarefa principal de todos os revolucionários. Só os trabalhadores armados se poderão juntar aos soldados e aos oficiais revolucionários, construindo o exército revolucionário no sentido da insurreição armada para tirar definitivamente do poder a burguesia e para instaurar um poder de base daqueles que foram explorados toda a vida.

O Secretariado Político

Lisboa, 23-9-75

